



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Karen Alessandra Saldanha Pereira

**Suicídio, adolescência e contemporaneidade: um olhar
psicanalítico**

**UBERLÂNDIA
2019**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Karen Alessandra Saldanha Pereira

Suicídio, adolescência e contemporaneidade: um olhar psicanalítico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves.

**UBERLÂNDIA
2019**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P436
2019

Pereira, Karen Alessandra Saldanha, 1988-
Suicídio, adolescência e contemporaneidade [recurso
eletrônico] : um olhar psicanalítico / Karen Alessandra
Saldanha Pereira. - 2019.

Orientadora: Anamaria Silva Neves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.

Modo de acesso: Internet.
Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.
2019.2132](http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2132)

Inclui bibliografia.

1. Psicologia. I. Neves, Anamaria Silva, 1969-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



Karen Alessandra Saldanha Pereira

**Suicídio, adolescência e contemporaneidade: um olhar
psicanalítico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, 07 de junho de 2019.

Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Moisés Fernandes Lemos (Examinador)
Universidade Federal de Goiás – Catalão, GO

Prof.^a Dr.^a Ana Paula de Ávila Gomide (Examinadora Suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Ailton de Souza Aragão (Examinador Suplente)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG

UBERLÂNDIA
2019

AGRADECIMENTOS

À minha avó, Albaniza, por ser força, cuidado e proteção, por ter me inculcido a importância dos estudos e por, mesmo diante de todas as adversidades, ter me proporcionado os meios para estar aqui.

Ao meu avô, Cícero, pelo exemplo e pelo trabalho incansável.

Aos meus pais, pelos esforços e sacrifícios.

Às minhas tias (Elizete, Eliene, Elizabete), pelo apoio irrestrito.

Aos meus irmãos (João, Ana, Paulo) e primos (Zilda, Ramon, Isabel, Davi, Nara, Renata, Carol), pela alegria.

À Bianca, pelo amor e o companheirismo.

Ao Delírio e à Buffy, por serem paz e consolo diante da humanidade.

Aos meus amigos (Marília, Danilo, Manu, Gabriela, Daiane, Joice, Cláudia, Gabi, Simara, Jaque, Giovana, Luma, Bruno), por tornarem minha caminhada mais interessante e minhas desventuras mais divertidas.

Ao João Luiz e à Ana Paula, pelas importantes contribuições a este trabalho no exame de qualificação.

À Anamaria, pelo acolhimento, pela paciência, por apontar caminhos e corrigir cursos.

À minha analista, Aline, por me ajudar a fazer palavra o que era confusão.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar as tentativas de suicídio entre adolescentes em suas articulações com a dinâmica familiar e a cena contemporânea. O suicídio entre adolescentes se configura como um problema grave, mas com frequência escamoteado, que explicita alguns aspectos da adolescência contemporânea, entre eles, uma precariedade simbólica que favorece saídas pelo ato. O trabalho, norteado pelo método e pela teoria psicanalítica, edifica-se ao redor dos atendimentos clínicos de Sara (17 anos) e de sessões com os pais dela. O ato emergiu como conceito balizador da análise do caso, permitindo pensar os movimentos que Sara utiliza diante da angústia, e que por vezes aproximam-se do *acting out* (quando assumem uma direção de demanda ao outro e de mostraçã do objeto causa do desejo) ou da passagem ao ato (quando parecem apontar para uma tentativa de saída de cena e separação brutal do desejo alheio). Percebeu-se também as repercussões subjetivas das vinculações familiares, dos afetos e das repetições que circulam entre as gerações. Com Sara também foi possível compreender as relações entre falta, sintoma e angústia, salientando-se como a quebra de ilusões e a ausência da falta deixam o sujeito entregue ao desamparo, sem rede para protegê-lo do encontro com a angústia. Por fim, coube analisar como o império das imagens incide sobre o sujeito sempre em construção, em especial, sobre os adolescentes, que enfrentam impasses intensos envolvendo sua imagem e sua relação com o outro. Desse modo, o presente trabalho ressalta os vínculos indissociáveis entre cultura, família e sujeito, com ênfase para o sujeito escravizado à sua imagem (e, conseqüentemente, ao olhar do outro) e no qual as barragens e operações simbólicas encontram-se fragilizadas. Essa cena contemporânea produz adolescentes cada vez mais entregues aos encontros frequentes com a angústia e sem recursos para manejá-la, tendendo a saídas pelo ato, saídas que muitas vezes levam ao suicídio.

Palavras-Chave: adolescência; ato; suicídio; contemporaneidade; imagem.

ABSTRACT

This study aimed to analyze suicide attempts among adolescents in their articulations with family dynamics and the contemporary scene. Suicide among adolescents is a serious problem, but often underreported, which makes explicit some aspects of contemporary adolescence, among them, a symbolic precariousness that favors exits through the act. The work, guided by psychoanalytic method and theory, is built around Sara's (17 years old) clinical appointments and sessions with her parents. The act emerged as a guiding concept of the analysis of the case, allowing us to think about the movements that Sara uses in the face of anguish, and that sometimes approach the acting out (when they assume the direction of demand to the other and showing of the object of desire) or the passage to the act (when they seem to point to an attempt to exit the scene and brutal separation from the desire of others). The subjective repercussions of family ties, affections and repetitions that circulate between generations were also perceived. With Sara it was also possible to understand the relationship between lack, symptom and anguish, emphasizing how the breakdown of illusions and the absence of lack leave the subject surrendered, without a network to protect him from the encounter with anguish. Finally, it was necessary to analyze how the empire of images affects the subject always under construction, especially adolescents, who face intense impasses involving their image and their relationship with the other. In this way, the present work highlights the inseparable links between culture, family and subject, with emphasis on the subject enslaved to his image (and, consequently, the gaze of the other) and in which the symbolic dams and operations are weakened. This contemporary scene produces teenagers who are increasingly given to frequent encounters with anguish and without the resources to handle it, tending to exits through the act that often lead to suicide.

Keywords: adolescence; act; suicide; contemporaneity; image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 SUICÍDIO, PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE	18
1.1 A cena contemporânea: uma leitura psicanalítica	18
1.2 Freud e o suicídio	24
1.3 Lacan e o suicídio	33
2 O SUJEITO ADOLESCENTE	36
2.1 Quem é o sujeito adolescente?	36
2.2 Adolescência hoje	41
3 A FAMÍLIA	44
3.1 Família: estrutura e funções	44
3.2 Família e transmissão	51
4 METODOLOGIA	56
4.1 O método psicanalítico e a construção do caso	56
4.2 Os caminhos até Sara	60
5 CONSTRUINDO O CASO	64
5.1 Sara	64
5.2 “Sumir do mundo e de todo mundo” – a menina e o ato	66
5.3 Uma família	74
5.4 “(...) não tinha o que comer, não tinha sabão.” – uma menina e suas faltas	85
5.5 “(...) muita coisa já aconteceu.” – uma adolescente na contemporaneidade	91
6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	99
Referências	102
Apêndice A.....	112
Apêndice B.....	113
Apêndice C.....	114
Apêndice D.....	115
Anexo	116

INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasce de meu interesse pela tragédia, pelo que desanda, pelo inescapável e pela morte como portadora de todos esses predicados. Não apenas pela morte, mas principalmente por aqueles que apontam que a vida afinal não é valor máximo, mas apenas outro significativo com o qual joga-se essa partida simbólica. Aqueles que contam do intolerável de estar e não poder cair do mundo. Aqueles que desistem, que fogem do Outro para o único lugar onde ele não toca. Que negociam com o Outro de sua fantasia usando a vida como moeda. Ou seja, o suicida e seu ato.

Mas os suicidas estão todos nos cemitérios. Opto então por pesquisar aqueles que tentaram matar-se e não obtiveram êxito.

O que eu esperava escutar? Que saber eu visava? Desejava ouvir o que levava alguém a querer sair da vida. Queria entender as forças que empurram alguém para a morte. O desejo de sumir, esvanecer, cair do mundo. O que corre nos laços de uma família que lança os seus para a morte?

Dentre os potenciais sujeitos, restrinjo-me aos adolescentes. É o querer morrer em um momento extremamente fetichizado e problematizado na contemporaneidade que busco entender. As pesquisas que apontam um aumento no número de suicídios nesse grupo e os impasses típicos da adolescência na contemporaneidade justificam tal escolha. Mas o que me é apelativo nos adolescentes é que eles parecem sujeitos em desconstrução, algo que quebra para se reconstruir, algo que morre e às vezes renasce. Como se ali houvesse uma abertura maior para a morte. Como se estivessem mais próximos do abismo.

Meu interesse pela adolescência vem também dos desafios da prática como psicóloga. Nos anos nos quais atuei em CREAS, CRAS e em unidades de saúde, vi desfilarem ante meus olhos pais e cuidadores às voltas com adolescentes e seus “atos”. Jovens que “só queriam ficar na rua”, usando ou traficando drogas, prostituindo-se, envolvidos em relacionamentos afetivos violentos, agredindo familiares, professores, colegas, eles mesmos. Adolescentes apreendidos em bailes funks, dirigindo veículos em alta velocidade, recusando-se a frequentar ou permanecer na escola, cortando-se, ingerindo medicamentos em excesso, arriscando suas vidas das mais diversas formas.

Na fala dos pais um constante “eles não pensam”, “acha que nunca vai acontecer com ele”, “eu falo, mas não me escuta”, “qualquer coisa já tá brigando”. Do lado dos adolescentes, silêncios, dificuldades de colocar em palavras, de se colocar na palavra.

Sendo assim, esboço um objetivo possível para este trabalho: analisar a tentativa de suicídio entre adolescentes e suas articulações com a dinâmica familiar e a cena contemporânea.

Sobre o suicídio, Kuczynski (2014) afirma que é o quadro de emergência psiquiátrica mais comum entre adolescentes e que no período entre 2000 e 2008 foram registrados 6.574 casos de suicídios de jovens entre 10 e 19 anos, uma média de 730 mortes por ano, ressaltando que ao analisar os dados brasileiros deve-se considerar as altas taxas de subnotificação. A autora acrescenta que, segundo estudo epidemiológico de suicídio no Brasil entre 1980 e 2000, o conhecimento sobre taxas de tentativa de suicídio é praticamente nulo, mas que, em grande parte da Europa, estima-se que o número de tentativas seja de 10 a 40 vezes maior em relação ao de mortes.

Osmarin (2015) aponta que analisar o suicídio tem grande importância dado seu impacto social, tanto em termos numéricos, quanto no que concerne a familiares, amigos ou conhecidos daqueles que ameaçam tirar a própria vida. É ressaltado ainda que a Organização Mundial de

Saúde (OMS) tem mostrado em suas publicações o aumento significativo de suicídios nas últimas décadas em todos os países, nas diversas faixas etárias e diferentes contextos socioeconômicos.

Segundo Waiselfisz (2014), os suicídios no Brasil tem aumentado de forma progressiva e constante: na década de 1980 praticamente não teve crescimento (2,7%); nos anos de 1990 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2012, de 33,3%. Entre 2002 e 2012, o aumento entre os grupos mais jovens foram de 40% (dos 10 aos 14 anos) e 33,5% (dos 15 aos 19 anos).

Percebe-se, assim, que o suicídio entre adolescentes é um problema de grande magnitude, muitas vezes subnotificado e ocultado pelo silenciamento. Diante da evidente gravidade de tal questão, enfatiza-se a importância do desenvolvimento de estudos para a discussão teórica e a melhor compreensão acerca da temática. Compreende-se que este estudo, amparado pelo método psicanalítico, pode cooperar com a elucidação de alguns fatores que contribuem para a emergência de tal fenômeno, colaborando com a prevenção e com o aprimoramento dos profissionais.

Cassorla (2017) pontua que o estudo do suicídio é complexo e abarca diferentes perspectivas, podendo ser analisado do ponto de vista sociológico, antropológico, psicológico, filosófico, psicanalítico, entre outros. O que aqui se pretende é pensar a tentativa de suicídio entre adolescentes, levando em conta a trama familiar nas quais esses sujeitos estão inseridos e a cena contemporânea, e pensá-la em sua relação com a transmissão, a repetição e os laços sociais. Nesse sentido, Tozatto (2004) entende que:

A transmissão é função privilegiada do grupo familiar e está na base da constituição subjetiva. O filho constitui o seu desejo e consegue a separação psíquica dos pais, apropriando-se do que reteve do desejo parental e do que construiu em seu romance familiar inconsciente, elaborando os acontecimentos que durante a vida lhe permitem transformar os conteúdos da transmissão. (pp. 104-105)

Para Beling (2008), vários estudiosos do campo familiar tratam das dificuldades encontradas ao estudar famílias, pois configura-se como um assunto que remete a uma realidade

próxima, que envolve e mistura-se, muitas vezes, a aspectos da própria identidade pessoal, transformando-se de acordo com a época, a cultura e o contexto social nas quais estão inseridos. Soma-se a isso a velocidade com que as mudanças sociais vêm ocorrendo, refletindo nas relações internas da família, tornando-a um sistema complexo e subjetivo e dificultando sua definição.

Alberti (1999) compreende que nas discussões sobre a adolescência, uma das primeiras preocupações é a chamada "tendência a agir" e questiona se trata-se de um "não pensar duas vezes antes de agir" ou de um "pensamento-ação", ressaltando que deve-se responder tais questões não de forma genérica, mas no estudo de cada caso, pois fuga, ingestão de drogas, anorexia, inibição na ação e tentativas de suicídio podem ser efeitos tanto da alienação quanto da separação. Lembra que um mesmo ato pode ser praticado sob uma determinação ou outra, levando a conseqüências bastante diversas:

Uma mesma tentativa de suicídio – eu me refiro aqui a tentativa de suicídio como paradigma do ato - pode ter determinações distintas: de um lado, como efeito de um pensamento-ação, ela implica total alienação ao Outro, durante a qual o ser do sujeito se apaga, pois está identificado com o discurso deste; de outro, como efeito de uma separação, implica a queda do sujeito da cadeia significante, deixando de lado todo pensamento inconsciente, de maneira a despedir-se de tudo o que o determina como sujeito no Outro, no inconsciente. (p. 64)

De acordo com Macedo e Werlang (2007), o ato explicita a impossibilidade de contenção do traumático via representação simbólica, sendo que o excesso continua a impor ao psiquismo uma demanda de trabalho para o qual ele não acha recursos de mediação. Os autores propõem o termo “ato-dor para nomear a tentativa de suicídio decorrente do traumático, da dor psíquica e da passividade do Eu” (p. 116).

O que foi transmitido a esses sujeitos através de suas famílias? Que repetições se observam entre as gerações? O que isso conta sobre o processo de repetição? Como se pode articular a tentativa de suicídio com a transmissão e a repetição?

Mandelbaum (2008) assinala que as gerações têm urgência de transmitir, em especial o que não conseguiram representar, pensar ou elaborar. Em tais casos, o que se transmite é da ordem do traumático, aquilo que foi excessivo para o psiquismo, que não pôde contê-lo e elaborá-lo, buscando que as gerações seguintes possam transformá-los em linguagem simbólica, material passível de representação e manejo pelo pensamento.

Observa-se, a partir do explicitado acima, que o traumático, enquanto o que insiste por não ter achado seu lugar e não ter existido como acontecimento psíquico, repete-se nas relações familiares e o adolescente, ao ter que lidar com esse material não elaborado, poderia passar ao ato por não possuir recursos para lidar com a angústia de tal encontro.

Pensar as tentativas de suicídio na adolescência é explorar também o lugar histórico e cultural em que esses jovens e suas famílias estão inseridos, no qual há uma excessiva quantidade de estímulos e uma perda de referências (Birman, 2009). Sendo assim, é oportuno refletir sobre os arranjos contemporâneos, e os vínculos familiares que neles se produzem, que podem favorecer a saída pelo ato na adolescência.

Visando trabalhar as referidas questões, o presente estudo se articula em torno da construção de um caso clínico. O método psicanalítico guia a construção do caso e norteia a composição da pesquisa.

O caso sobre o qual me debruço nasce dos atendimentos de Sara, uma adolescente de 17 anos encaminhada por uma profissional que trabalha com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Tal encaminhamento se dá após minha manifestação, para trabalhadores da rede de saúde e de assistência social, de interesse em atender adolescentes que realizaram tentativa de suicídio. Os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, visando preservar a identidade dos participantes.

Sara morava com os pais e um irmão mais velho, e cursava os últimos anos do ensino fundamental através da modalidade de ensino Educação Jovens e Adultos (EJA). Estava em cumprimento de medida socioeducativa devido ter sido encontrada pela polícia, após ter fugido de casa, em uma residência onde havia drogas ilícitas (fato que ocorreu aproximadamente seis meses antes do início dos atendimentos psicológicos aqui trabalhados).

Todos na família estavam desempregados. O pai e o irmão de Sara realizavam trabalhos esporádicos e informais para conseguir alguma forma de renda. A mãe fazia artesanato, que tentava vender. O pai articulou os atendimentos, inicialmente mostrando-se preocupado com filha e muito grato pela “ajuda oferecida”. Ao longo dos atendimentos, no entanto, mostrou-se questionador, colocando dificuldades quanto à continuidade das sessões e criticando a possibilidade do acompanhamento durar muito tempo. O pai era desenhado pela mãe como alguém rígido e fisicamente violento com a filha. Sara, por sua vez, contava de um pai que não defendia a família das críticas e intromissões externas, mostrando-se submisso as pessoas fora do ambiente familiar.

A mãe apresentava-se extremamente agressiva com Sara, chamando-a por palavras insultantes durante discussões, diminuindo-a e humilhando-a com frequência. Entretanto, tanto a mãe quanto Sara relatam que durante a infância as duas não se “desgrudavam” e a mãe sempre funcionou como alguém que se colocava entre a filha e as agressões paternas. A genitora contou que há alguns anos “teve depressão” e que com frequência pensava em se jogar das escadas do local onde trabalhava. Acrescentou que foi ao psicólogo, mas não gostou e que fez uso de medicação, mas abandonou. Relatou também que achava que a depressão estava voltando e que sentia-se sem “vontade” para fazer suas atividades.

Segundo os relatos dos pais de Sara, a jovem, antes de ser apreendida pela polícia, era tida como extremamente problemática: abandono escolar, idas frequentes a festas, envolvimento com

drogas, vazamento de “*nudes*” nas redes sociais, fugas recorrentes de casa, desobediência, conflito com os pais, e agressão à mãe com uma faca com intenção de matá-la.

Após a intervenção da polícia e do judiciário, Sara foi forçada a voltar para casa. Desde então, a adolescente não se envolveu mais com as situações pelas quais era considerada problemática. Os pais relatavam, inclusive, uma melhora no relacionamento familiar, com o pai tentando ser menos rígido e Sara menos combativa.

Os pais de Sara eram evangélicos e a jovem foi “criada na igreja”, tal fator parece tornar ainda mais intolerável para a família, especialmente para o pai, as atitudes que a filha tomou e as situações nas quais se envolveu. Ele as enxergava como moralmente condenáveis.

As queixas principais dos pais, quando chegaram aos atendimentos, giravam em torno dos conflitos de Sara com a genitora, a recusa da filha em agir como eles desejavam e o temor de que ela voltasse a comportar-se como antes.

Enquanto os pais traziam queixas formuladas e endereçavam a psicóloga um pedido no sentido de modificar a adolescente e impedir que ela retomasse velhos hábitos, Sara inicialmente apenas relatava o que lhe incomoda, não colocava questões sobre o que lhe acontecia, não pedia ajuda para solucionar seus problemas e silenciava muito durante as sessões.

Com o caminhar dos atendimentos, suas queixas difusas e pobremente articuladas foram tomando forma e focalizando-se em alguns pontos: as dificuldades financeiras enfrentadas pela família; o fato de não conseguir um trabalho e, principalmente, o namorado e seu relacionamento com ele. Falava também de seu desânimo, de seu desinteresse por todas as atividades, de seu hábito de trancar-se para que lhe deixassem “em paz” e de seu desejo de sumir.

O caso em questão, tomado em consideração como pesquisa, demanda um investimento específico de leitura e apreensão teórica. Oliveira e Tafuri (2012) afirmam que a pesquisa e a escrita em psicanálise caracterizam-se pela singularidade da narrativa construída, que contém a

marca do inconsciente do autor. Tal marca se faz pela própria atividade de escrita, que sempre se endereça a um outro, e pela narrativa que se constrói a partir de uma transferência que se efetiva na clínica. Assim, a escrita em psicanálise não é condizente com o modelo positivista de ciência, nem com uma escrita permeada pela impessoalidade, inexpressiva no que concerne aos afetos e pretensamente neutra que costuma ser veiculada na universidade.

Sobre a construção de caso, Oliveira e Tafuri (2012) defendem que tal estratégia não implica uma realidade psicológica narrada através de uma história clínica cronológica. Ressaltam que a construção do caso envolve a elaboração de uma hipótese metapsicológica que advém do encontro entre analisando e analista. Acrescentam que, visando construir um caso, é necessário que o analista reflita sobre sua contratransferência, focando não apenas na psicopatologia do paciente, mas levando em conta “sua dimensão trans-subjetiva, apontando para sua própria compulsão à repetição e sua impossível resposta à fala do paciente” (p. 843).

Figueiredo (2004) coloca que a construção do caso clínico em psicanálise é:

(...) o (re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que “caem”, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los, não ao pé do leito, mas ao pé da letra. Incluímos aí também as ações do sujeito, entendendo que são norteadas por uma determinada posição no discurso. Convém um aparte para esclarecermos que a fala (parole) tem a dimensão do enunciado (os ditos) e da enunciação (o dizer), que seria a “posição no discurso”. Nunca é demasiado lembrar que o caso não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nesses indicadores colhidos, do dito ao dizer. (p.79)

Uma vez exposto o núcleo sobre o qual este trabalho se realiza, cabe explicitar o modo como irá se estruturar. No primeiro capítulo pretende-se discorrer sobre suicídio pelo viés psicanalítico, buscando pensar as particularidades de tal ato na contemporaneidade. Para tanto buscar-se-á ler a cena atual com auxílio de diferentes teóricos da psicanálise e refletir sobre os modos de subjetivação e sofrimento na contemporaneidade, as produções sintomáticas, a forma

que assume o mal-estar e como as pessoas lidam com ele. Cabe também pensar acerca dos discursos hegemônicos na sociedade e de que maneira legitimam, dificultam ou anulam as posições nas quais os sujeitos podem transitar.

No segundo capítulo visa-se discutir o estatuto da adolescência, como ele se constituiu e como se apresenta atualmente. Será analisada a suposta tendência a agir do sujeito adolescente, o modo como sua relação com o campo do outro é transformada e como tais conjecturas podem desembocar no suicídio.

O terceiro capítulo será focado na temática da família, sua estrutura, suas funções e seu papel como instituição social e espaço de constituição subjetiva. A transmissão, enquanto uma das funções desempenhadas pela família, será analisada com mais profundidade objetivando pensar sobre aquilo que atravessa gerações e sua incidência sobre os sujeitos.

O quarto capítulo se debruçará sobre o método psicanalítico, sua relevância e imprescindibilidade para o presente estudo. Também serão explicitados os passos da realização da pesquisa e os instrumentos nela utilizados.

No quinto capítulo será realizada a apresentação do caso, as interpretações, repercussões contratransferenciais e articulações teóricas por ele provocadas.

No sexto capítulo, por fim, serão levantadas algumas considerações acerca do caso analisado, resgatando os principais pontos e questões teóricas que ampararam a realização da presente pesquisa.

1 SUICÍDIO, PSICANÁLISE E CONTEMPORANEIDADE

1.1 A cena contemporânea: uma leitura psicanalítica

Birman (2011) pontua que a contemporaneidade é marcada pela sociedade do espetáculo e pela cultura do narcisismo, na qual ocorre a fragmentação da subjetividade e o eu é colocado em situação privilegiada. Diante de tal autocentramento a subjetividade assume uma configuração estetizante e o olhar do outro passa a ocupar uma posição estratégica na economia psíquica (ressaltando o valor da exterioridade).

O autor afirma também que o desejo passa a assumir uma direção exibicionista e autocentrada, e que concomitantemente a essa exaltação da individualidade ocorre uma volatilização da solidariedade e uma desvalorização da alteridade. Cita a impossibilidade de admirar o outro em sua diferença radical, em sua singularidade, o que desemboca em uma tendência a homogeneização. O sujeito vive em um registro especular, onde só importa o engrandecimento grotesco da própria imagem, onde o outro só serve para seu usufruto e como instrumento para incremento de sua autoimagem, sendo eliminado como objeto quando já não serve mais ou quando se coloca como obstáculo ao gozo.

Herzog (2004) coloca que Miller defende que o simbólico contemporâneo estaria escravizado ao imaginário e para entender tal afirmação cabe trazer Alberti (1999), que explica:

(...) no registro do simbólico, o sujeito encontra-se representado pelo significante; no registro do imaginário, está identificado com o outro; já no registro do real, escapa a toda relação com o outro; ele é, e este ser se encontra separado do Outro, presentificando o que no sujeito ex-siste à sua determinação. (p. 64)

Kehl (2015) diz que todas as formações do imaginário, enquanto terreno psíquico das significações estáveis, apresentam uma violência. Acrescenta que a imagem traduz a coisa como se expressasse sua verdade e que o imaginário se forma antes que o contato dos humanos com o

real tenha a palavra como mediação. As representações imaginárias são os recursos mais primitivos desenvolvidos para mitigar a invasão traumática do real, propiciam uma espécie de compreensão que antecede o pensar, de tal modo que, durante a vida, diante de imagens familiares, tende-se a dispensar o pensamento. Tudo isso como se tais imagens possuíssem a plenitude do real, “dispensado tanto de seu caráter de enigma quanto de seu efeito traumático; o real traduzido em imagem de si mesmo (p. 86)”. Nessa direção, o imaginário dispensa a falta (a falta da coisa e da verdade), apresentando-se como o campo das certezas e ilusões totalizantes.

A autora aponta também o imaginário como campo no qual se monta a fortaleza protetora do narcisismo, campo das identidades, que sustentam a miragem do ser, campo no qual se constituem, graças ao efeito de espelhamento, todas as identificações humanas. Sendo assim, não se pode abdicar do imaginário, não é possível viver sem acreditar, grande parte do tempo, que as coisas “são como são”. Ou seja, o imaginário é indispensável ao funcionamento psíquico, no entanto, também não é uma possibilidade existir sob o domínio absoluto de seu efeito totalizador, pois o poder de reconfortar da imagem é diretamente proporcional à sua violência. Dado que onde as coisas “são como são”, ao homem só resta se conformar com elas. Quando o pensamento é dispensado, os homens se tornam dispensáveis; “e onde os homens são dispensáveis, a violência domina com facilidade o laço social” (p.87).

A autora em questão refere-se aqui à violência gratuita, a violência como modo predominante de reação à presença do outro, diante das divergências e dos conflitos que o outro traz. Considerando o imaginário como terreno no qual constrói-se a fortaleza do narcisismo do eu, a relação com o outro nos termos de tal campo apresenta-se inevitavelmente paranóica. Assim, na sociedade do narcisismo, o outro representa sempre uma ameaça de invasão. Em uma sociedade organizada de modo predominante pela lógica das imagens, a relação com o outro fica marcada pela paranóia. Outra característica da violência do imaginário é a violência enquanto

expressão do sentimento de impotência, de inutilidade dos homens frente a uma realidade que se apresenta totalitária através da força da imagem. Assim, a facilidade com que a imagem proporciona uma versão do real é diretamente proporcional à tirania que este real imaginizado, despojado de contradição, produz (Kehl, 2015).

Birman (2011) ressalta outro aspecto da contemporaneidade ao apontar para a queda na demanda pela psicanálise, e o crescimento do interesse por modalidades de psicoterapia mais breves (com resultados mais “objetivos”) e por tratamentos biológicos. Destaca também a busca por promessas aliviadoras, estejam elas na religião, na literatura de auto-ajuda, nos psicofármacos ou nas drogas pesadas.

Nesse sentido de objetificação e biologização da vida, Rosa (2016) enfatiza, citando Agamben (2002), que atualmente prepondera a vida nua, afirmando que “o regime contemporâneo exerce um poder sobre a vida, que travestido de defesa da vida, a reduz à sua modalidade biológica” (p. 132). Acrescenta ainda que:

A vida (humana e não humana), que, segundo estruturas modernas, pode moldar, estender, potencializar, higienizar, distribuir no espaço e transformar de acordo com a lógica do mecanismo industrial, precisa ser pensada como uma vida esvaziada de conteúdos culturais e, portanto, passível de racionalização. O capitalismo industrial treinou, aumentou e potencializou a vida útil desses corpos. Trata-se não apenas de disciplinar um homem-corpo pensado como inteireza, individualidade, mas da regulamentação da vida humana, de exercer um controle sobre a vida pensada em bloco sobre o ser humano concebido como ser-espécie. (p. 133)

Pensar a vida em sua modalidade biológica traz à baila a problemática do corpo. De acordo com Fortes, Winograd e Perelson (2018), o corpo tem tomado lugar predominante na cultura e nos laços sociais, tornando-se fundamental na constituição da subjetividade contemporânea. Assim, o indivíduo tem baseado sua construção identitária na dupla referência ao corpo e ao cuidado consigo. De um lado, ser jovem, belo, magro foi tomado como padrão de moralidade. De outro, ter saúde e longevidade tornou-se imperativo, de maneira que a valorização da qualidade de vida inseriu-se no modelo prototípico da identidade em voga

atualmente (a bioidentidade), transmutando o cuidar de si em culto ao corpo, tomado como bem maior. Se, em outras épocas, o cuidado de si tomava a direção do cultivo da alma, da interioridade, e do desenvolvimento de virtudes, hoje ele volta-se para os campos da beleza, boa forma, saúde, ou seja, para os signos da subjetividade inscritos majoritariamente no terreno da exterioridade.

Carreteiro (2005) afirma que as sociedades contemporâneas do ocidente manifestam aspectos dignos de ressalva: o enfraquecimento dos coletivos institucionalizados, o culto do individualismo, a importância do sucesso, a pressão da urgência, a prioridade dada ao ato e a ilusão da ideia do absoluto. A autora defende que essas características propiciam um quadro necessário para o centramento sobre o corpo. Sobre os aspectos elencados, três merecem ser trazidos de forma mais elucidada por permitirem um diálogo com os desdobramentos que se pretendem neste trabalho:

1. A urgência enquanto dimensão que se encontra presente em todas as novas construções sociais e individuais do Ocidente. Carreteiro (2005) discorre que ela está tão integrada às formas de funcionamento atuais que se transformou em um traço completamente ordinário, o que faz com que todo sujeito individual ou social se sinta impulsionado a ultrapassar seus limites. Os indivíduos e os sistemas sociais cobram performances e competências cada vez mais elaboradas e complexas;

2. O ato como a dimensão do fazer, de mostrar o que foi acumulado ou de dar uma dimensão de acontecimento ao que ainda não foi feito é uma dos imperativos da hipermodernidade. Na sociedade do espetáculo é necessário que os atos sejam vistos e, se possível, contemplados por diversas pessoas. Para obter valor os atos precisam de público para avaliá-los. O olhar adquire um lugar considerável na sociedade da ação contínua, a histerização dos atos passa a ter papel privilegiado e terá como objetivo atrair o olhar do outro. Os pequenos

palcos públicos, com seus numerosos espectadores, têm papel crucial na construção do reconhecimento do ato. O lugar do ato torna-se mais reconhecido do que o lugar da própria pessoa. É o ato que dará grandeza a seu autor. Há uma redução do indivíduo ao ato. O autor se empenhará para tentar usar de toda sua inteligência, capacidade de improvisação e de sedução, para continuar como objeto da atenção do outro. Estar fora do palco equivale a não existir. Passa-se de uma posição de ética do trabalho a uma posição de estética do consumo. Nesse sentido, pode-se considerar que o ato é mais importante que os sujeitos, dado que ele pode ser digerido no espaço de sua exibição (Carreteiro, 2015).

3. A ilusão da idéia do absoluto. Carreteiro (2015) disserta que a sociedade contemporânea é atravessada pelo imaginário que pretende criar produções sociais sem falhas. Já a psicanálise coloca em cheque tais produções ao formular noções como a castração, a impossibilidade de completude, o conflito, ou seja, os impasses aos quais estão sujeitas as construções humanas. O que governa o imaginário aqui debatido é o desejo de onipotência, como se a pulsão de dominação, com sua pretensão de tudo controlar, apontasse firmemente para a doença da idealidade nas construções imaginárias. Os indivíduos que buscam tudo dominar desenvolvem mecanismos defensivos fortes visando a negação ou a transgressão de situações que, de alguma maneira, tocam aspectos do vazio ou da morte. Assim, os modos de funcionamento daí resultantes aproximam-se mais das imagens ligadas ao excesso, afastando-se do vazio, da morte ou da finitude.

Para Carreteiro (2015), o conceito de corpo território, considerado, simultaneamente, um terreno de expressão da subjetividade e das questões sociais, buscará transmitir uma mensagem ou se constituir como um ato. Acrescenta que o corpo território é também o corpo superfície. Traz o fenômeno da tatuagem e afirma que as pessoas tatuadas parecem desejar deixar marcas indeléveis no corpo e que aqueles que apresentam grandes tatuagens criam pequenos

acontecimentos por onde passam, ou seja, seu deslocamento no espaço já é um pequeno ato, dado que o sujeito tatuado se transformou em um microterritório em carne. Assim, sua identidade está colada ao corpo e ele convoca o olhar de quem o vê. Diz ainda que o corpo território é também objeto de maus tratos por parte daquele que o possui: “Infligir-se dor e, ao mesmo tempo, causar dor ao outro, agredir-se e agredir a outrem, parece ser o sentido desse ato” (p. 68). Esses diferentes movimentos constroem-se sobre a ideia de que a matéria de base, o corpo, é experienciada como uma “quase coisa”, o que torna permissível sua mutilação. “Não se trata de um suicídio, uma vez que esse atinge a totalidade da pessoa, mas trata-se do extermínio de uma parte do corpo. Assemelhando-se à ideia de território, o próprio corpo pode ser atacado, até mesmo despedaçado e desmembrado” (p. 68).

Numa outra dimensão, Rosa, Carignato e Berta (2006) chamam atenção para os discursos a que estão expostos os sujeitos do capitalismo avançado, indicadores do modo de laço constituído por uma cultura que os empurra com violência ao gozo, seja sob a forma de consumo, de lucro ou de sofrimento. Destacam que tais discursos se apresentam como realidade indiscutível, equivalente à própria verdade do sujeito e do seu objeto de gozo, ambos ordenados sob a lógica do capital e do lucro. Sua estratégia é propor aos sujeitos, submetidos à realidade posta (imposta), a suspensão dos dilemas éticos. Acenam com uma política que prescinde da ética, que gera, para além do mal-estar, violências.

As autoras lembram que Lacan nomeou os laços sociais tecidos e estruturados pela linguagem de discursos. Dentre tais discursos, encontra-se o do mestre, sendo aquele no qual o poder faz laço social entre aquele que manda e aquele que trabalha (laço que permite governar). Neste discurso, o saber transformador (o trabalho) está do lado do escravo, embora ele não saiba, pois o mestre aponta o que é a realidade e a afirma como verdade.

Em *Televisão* (1974), Lacan apresenta o discurso do capitalista (característico da civilização científica), como uma modalidade degradada do discurso do mestre, que desestabiliza o laço social dominante na sociedade contemporânea. Sendo assim, no capitalismo avançado, a verdade do sujeito e de seu objeto de gozo é a do atravessamento da lei do mercado na lei do desejo. A lógica do capital e lucro é colocada como a única possível. (Rosa, Carignato & Berta, 2006)

As referidas autoras defendem a hipótese de que o sistema gera uma nova economia libidinal que exclui o *pathos* e substitui a demanda de amor pelo apelo ao consumo e ao lucro sobre o outro. Não bastando apenas o acesso aos bens, busca-se a destituição do outro. Acrescentam que o desejo de destruição do outro não encontra motivação nas propriedades do objeto odiado, mas aponta um real que transcende aquele para o qual se dirige a agressão. O que se busca eliminar é o real, o que de insuportável e ingovernável dele vêm enquanto impossível de abarcar, representar, dominar, aquilo que aponta a castração.

Birman (2011) também assinala a dificuldade do sujeito contemporâneo em lidar com o real, com seu desamparo, que corresponderia ao conceito de feminilidade, registro psíquico onde não existe qualquer referência ao falo. Assim, homens e mulheres teriam horror a feminilidade, horror de encarar o próprio desamparo.

Após esse breve olhar lançado sobre alguns aspectos relevantes da contemporaneidade, cabe voltar os olhos para as perspectivas teóricas de Freud e Lacan acerca do suicídio.

1.2. Freud e o Suicídio

Considerando-se que aqui se pretende uma análise das tentativas de suicídio entre adolescentes a partir da perspectiva psicanalítica, cabe inicialmente rastrear as contribuições teóricas de Freud para o estudo do tema.

Em 1901, Freud descreve, em “A psicopatologia da vida cotidiana”, exemplos que estabelecem uma relação entre ferimentos acidentais autoinfligidos e uma tendência autodestrutiva inconsciente. Pontua que o impulso autopunitivo estaria sempre à espreita, esperando uma oportunidade para se manifestar. Chama atenção para a possibilidade de que, para além do ato suicida, intencional, seja necessário levar em consideração a ocorrência de atos autodestrutivos inconscientes, que utilizariam uma oportunidade contingencial para se manifestar (Massa & França, 2016).

Freud (1901) disserta que:

Certamente uma intenção consciente de cometer suicídio escolhe a época, o meio e a oportunidade; é inteiramente de acordo com isso que uma intenção inconsciente aguarda uma ocasião precipitante, que possa assumir uma parte da causação e, requisitando as forças defensivas do sujeito, libertar a intenção da pressão delas. (p. 222)

Massa e França (2016) afirmam que já nessa época Freud assinalava a importância da investigação da determinação inconsciente tanto nos pequenos acidentes cotidianos quanto nos atos extremos de suicídio e trazia também à tona a temática do desejo inconsciente de punição, que seria mobilizado pelo sentimento inconsciente de culpa.

Alberti (1999) relata que em 1910 ocorreu uma discussão no seio da Sociedade Psicanalítica de Viena, na qual Freud fez colocações acerca do suicídio dos jovens nos ginásios vienenses, defendendo que era preciso, primeiramente, examinar caso a caso, ou seja, recusar estatísticas em psicanálise e, em seguida, verificar a quota de responsabilidade dos ginásios. Percebe-se que ao propor o exame da responsabilidade das escolas Freud destaca a necessidade de verificar em que medida o meio no qual o jovem está inserido pode contribuir para sua tentativa de suicídio.

Em seu texto “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio” (1910), Freud levanta uma frutífera hipótese: “No que concerne à mania de suicídio que se produz em certas

famílias, pode ser que a hereditariedade desempenhe um papel, mas o fator essencial é a identificação aos outros membros da família” (p. 480). Percebe-se que, apesar de levar em conta a hereditariedade, ele aponta outro fator fundamental (sobre o qual o psicanalista irá atuar): o modo como a história do sujeito se desenvolve e os significados múltiplos por ele construídos a partir de sua leitura do mundo, constantemente sofrendo as influências dos laços e desenlaces dos quais participa. (Massa & França, 2016)

Freud (1917), ao traçar um comparativo entre luto e melancolia, diz que apesar de ambos os processos estarem referidos a uma perda, apenas na segunda se observa um enorme rebaixamento da autoestima do eu, assim como seu empobrecimento. Assinala que o melancólico descreve seu eu como “indigno, incapaz e moralmente desprezível” (p. 102), recriminando-se, insultando-se e esperando rejeição e castigo. Acrescenta que o quadro desse delírio de inferioridade completa-se com insônia, recusa de alimentação e superação da pulsão que obriga todos a se apegarem a vida. Ressalta que nesses sujeitos uma parte do Eu contrapõe-se a outra, avaliando-a de forma crítica e tratando-a como se fosse um objeto.

Buscando entender o quadro melancólico, Freud (1917) afirma que após a perda do objeto, o investimento sobre esse mostra-se pouco resistente e é suspenso, e a libido livre, ao invés de deslocar-se para outro objeto, se recolhe no eu, onde estabelece uma identificação do Eu com o objeto abandonado. Nas palavras do autor: “A sombra do objeto caiu sobre o Eu, que agora pôde ser julgado por uma instância especial, como um objeto” (Freud, 1917, p. 107).

Para que tal processo aconteça, de acordo com o autor, fazem-se necessárias duas condições: fixação ao objeto de amor e, em contradição com isso, mínima resistência do investimento de objeto. Para que tal contradição possa existir é preciso que a escolha de objeto tenha sido feita sob uma base narcísica, de modo que o investimento de objeto, se confrontado com dificuldades, possa regredir para o narcisismo.

Freud (1917) pontua que o estudo da melancolia permitiu compreender que o Eu só pode se matar se puder tratar a si próprio como objeto, ou seja, for capaz de direcionar a si mesmo a hostilidade que vale para um objeto.

No texto de 1920, “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina”, Freud aponta uma tentativa de suicídio determinada por dois motivos: uma realização de punição (autopunição) e uma realização de desejo. A autopunição, segundo ele, indicaria fortes desejos inconscientes de morte contra um dos genitores, ressaltando que sobre o enigma do suicídio, observa-se que talvez ninguém encontre a energia psíquica para matar-se se não estiver, primeiramente, matando um objeto com o qual tenha se identificado, e em segundo lugar, voltado contra si um desejo de morte que estava dirigido à outra pessoa.

É esse caso que Lacan (1962-1963) irá retomar em seu seminário sobre a angústia para analisar a passagem ao ato como correlato do deixar-se cair.

Freud (1924) em “O problema econômico do masoquismo” designa como enigmática a existência de um anseio masoquista na vida pulsional, pontuando que para trabalhar essa questão primeiramente seria necessário entender a relação do princípio do prazer com a pulsão de vida e a pulsão de morte.

Freud (1924) argumenta que o princípio do nirvana é nome dado a tendência a estabilidade apresentada pelo aparelho psíquico, que faria com que esse tivesse o propósito de reduzir a nada, ou manter tão baixas quanto possível, as somas de excitação que a ele chegam. Acrescenta que tal princípio estaria a serviço das pulsões de morte, que teria como meta conduzir a inquietude da vida à estabilidade do estado inorgânico e que alertaria contra as exigências das pulsões de vida, que tentariam perturbar o intencionado curso da vida.

Freud (1924) entende ainda que nos seres vivos o princípio do nirvana sofreu uma modificação e transformou-se em princípio do prazer, sendo a pulsão de vida, a libido, a força

responsável por tal mudança, pois impõe sua participação junto à pulsão de morte na regulação dos processos vitais. Acrescenta que a libido se enfrenta com a pulsão de morte, tendo como tarefa torná-la inofensiva, o que ela faz desviando-a, em grande parte, para fora, contra os objetos do mundo exterior, onde passa a ser nomeada pulsão de destruição, pulsão de empoderamento ou vontade de poder.

Segundo Birman (2009), as formas de apresentação da agressividade dependem da intrincação e da desintrincação da pulsão de morte e da pulsão de vida, sendo que a agressividade estruturante voltada para o exterior se transformaria em violência e destrutividade, e a que se volta para o interior se transformaria em autodestrutividade. Afirma ainda que tal contexto aplica-se não apenas às relações da pulsão e do eu com o objeto, mas também nas relações entre as diferentes instâncias psíquicas. Exemplifica o caso da melancolia, quadro no qual o supereu “figuraria um caldo de cultura da pulsão de morte, em estado puro e quase completamente desintricado” (p. 49).

Birman (2009) lembra que Freud enunciava que a pulsão de morte precisava ser expulsa por mediação da pulsão de vida para que o sujeito pudesse se constituir, articulando tal fato com a contemporaneidade, na qual, segundo ele, ocorre uma impossibilidade de tal expulsão. Ou seja, a pulsão de vida já não consegue regular a pulsão de morte, que permanece no corpo, como excesso, não podendo ser direcionada ao campo do outro. Aponta que sem a expulsão parcial da referida pulsão o psiquismo permanece na passividade e submergido pelo excesso, sem instrumentos que tornem possível transformá-lo em sintoma, para que possa circular no campo da linguagem. Nesse contexto o desamparo perde sua potência, transmutando-se em desalento. Como resultado, esse “exagero” pulsional descarrega-se diretamente sobre o corpo na forma de passagem ao ato, devido à fragilidade dos processos de simbolização.

Feitos os esclarecimentos necessários sobre as imbricações entre as pulsões, cabe retomar ao masoquismo, que Freud (1924) afirma poder ser observado em três configurações: como uma contingência da excitação sexual (masoquismo érogeno); a expressão da essência feminina (feminino) e como uma norma de conduta da vida (moral).

Freud (1924) hipotetiza que a pulsão de morte atuante no organismo – o sadismo originário - seria idêntica ao masoquismo. Após sua parcela principal ser deslocada, para os objetos do exterior, permanece como resíduo internamente o verdadeiro masoquismo erógeno, que, por um lado, se tornou componente da libido, e, por outro, ainda toma o próprio ser como objeto.

Sobre o masoquismo moral, o autor ressalta que a reversão do sadismo contra a própria pessoa ocorre com frequência devido à repressão cultural das pulsões, que impede que grande parte dos componentes pulsionais destrutivos do sujeito seja usado no mundo. Colocando que tal destruição que retorna do mundo exterior pode ser acolhida pelo supereu e exacerbar seu sadismo contra o eu. Tal configuração, segundo ele, explicaria porque a repressão da pulsão resulte em sentimento de culpa e que a consciência moral se torne tanto mais severa e suscetível quanto mais a pessoa se priva da agressão contra os demais.

De tal modo, afirma Freud (1924), o masoquismo moral apresenta-se como testemunha clássica da existência da fusão pulsional, sendo perigoso por derivar da pulsão de morte (corresponde a parte que escapou de ser direcionada para o exterior como pulsão de destruição). No entanto, como tem valor de um componente erótico, a autodestruição da pessoa não pode se realizar sem uma satisfação libidinal.

Birman (2011) pontua que “o individualismo produzido pela modernidade, num mundo marcado pela morte de Deus e perpassado pela racionalidade do social, conduziu a um desamparo inédito e a um masoquismo devastador” (p. 52). O autor pensa o masoquismo como uma defesa

contra a angústia do real. Angústia que é consequência inevitável do impacto pulsional. Na posição masoquista o sujeito tentaria evitar a experiência de desamparo, agarrando-se e colando-se a um outro a quem atribui posição fálica.

Pode-se imaginar que a tentativa de suicídio poderia ser lida como uma forma da pulsão de morte (e de seu representante, o princípio do nirvana) alcançar sua meta rumo ao silêncio absoluto (o que encontra ressonância na teoria lacaniana de passagem ao ato, que seria cair para fora do registro do simbólico, para fora da linguagem, para o real). Meta que será realizada gerando, de acordo com o exposto acerca do masoquismo, uma satisfação erótica.

Brunhari e Darriba (2014) assinalam que Freud (1901), em “Sobre a psicopatologia da vida cotidiana”, reserva um capítulo para descrever os “equivocos na ação”. Freud compreende que, bastaria um passo para que se considerasse tais equivocos como formados da mesma maneira que os lapsos da fala. Tal formação compartilhada se perceberia desde o efeito falho, ou seja, do desvio em relação ao que era intencionado. Nessa categoria de equivocos na ação, Freud enumera situações em que atos apontam para determinações inconscientes que se escamoteiam sob equivocos e erros: pequenos acidentes, uso inadequado de objetos, quedas, escorregões, passos em falso e ferimentos autoinfligidos. Freud (1901), ao comentar tais ferimentos, defende que “nunca se pode excluir o suicídio como um possível desfecho do conflito psíquico” (p. 181).

Brunhari e Darriba (2014) afirmam que, nesta apreensão, Freud propõe pensar as tentativas ou conclusões de suicídio como reveladoras de uma intenção inconsciente que pode mascarar-se por um acidente casual. Assim, ele defende que uma tendência à autodestruição está presente em certa medida e que “os ferimentos autoinfligidos são, em geral, um compromisso entre essa pulsão e as forças que ainda se opõem a ela” (Freud, 1901, p. 183).

Pensando no suicídio como relacionado com os referidos equivocos da ação, cabe debruçar-se sobre os diferentes sentidos que o termo ato assume na obra freudiana. Lembrando

também que é daí que Lacan partirá para pensar o suicídio como *acting out* ou como passagem ao ato.

Alberti (1999) analisa com detalhe e rigor o conceito de ato em Freud, visando dissecar sua multiplicidade. De tal trabalho destacam-se os termos: *Aktion, Handlung, Akt, Tat e Agieren*.

Aktion refere-se, na obra freudiana, à ação específica que implica a realização de mudanças no mundo externo através do aparelho psíquico, partindo de estimulações surgidas no interior do corpo e que perturbam a homeostase. Configura-se como um modo de escapar das referidas excitações, através do princípio de realidade, que consiste em um reconhecimento do mundo exterior, no qual o bebê tentará provocar transformações segundo suas necessidades. Percebe-se assim como a ação específica articula-se ao desamparo fundamental do bebê e ao surgimento do princípio de realidade (Marcos & Derzi, 2013).

Handlung é a ação específica mais complexa na qual é preciso primeiro acumular a energia para posteriormente se dirigir a um objetivo, o que contraria o princípio de prazer. Nesse momento, afirma Alberti (1999), surge o pensamento, que é uma ação experimental, produzida pela acumulação de energia. Após várias ações experimentais, que serão julgadas passíveis de expulsão ou aceitação pela faculdade de julgamento, desenvolvidas pelo princípio da realidade, a vontade fará com que o sujeito aja com a finalidade de modificar o mundo de um modo específico, tornando-o eficaz para si.

Marcos e Derzi (2013) afirmam que o termo *Akt* relaciona-se de forma explícita com o ato sexual, o coito. Lembram que em “Para além do princípio do prazer”, Freud (1920) afirma que o ato sexual coloca o sujeito em relação com seu gozo e que ele também se vale desse termo para tratar do *fort-da*, assinalando que, no ato, trata-se de repetição.

Tat é utilizado por Freud para designar o assassinato do pai primevo em “Totem e tabu”. O homem primitivo encontra-se no registro do *Tat*, posto não ter sofrido as renúncias pulsionais

do homem da cultura. Sendo assim, o *Tat* encontra-se sobre a cena da realidade, não sobre a cena do desejo inconsciente. O *Tat* configura-se como um ato que não deveria ser repetido. Para o *Tat* não há objeto causa do desejo; o ato cria o objeto, da mesma maneira que todo simbólico cria, *a posteriori*, o real (Alberti, 1999).

Marcos e Derzi (2013) apontam que Freud (1914), em “Recordar, repetir e elaborar” vale-se do termo *agieren* para referir-se à repetição em ato que se apresentaria no lugar da recordação. Lembram que o objetivo primordial do tratamento é trazer o material esquecido devido ao recalque. Tal memorização, no entanto, muitas vezes não é possível e bem sucedida, e o paciente apresenta em ato o que não fez surgir pela via da memorização. Os autores pensam que:

O *setting* analítico mostra essas atuações, já que nem sempre o sujeito é representado pelo significante: silêncios, ausências, choros e interrupções são constantes nas sessões analíticas. Além do *setting* analítico, as pichações frequentes, o uso dos *piercings* e tatuagens, a fuga das escolas, a agressividade, até o consumo desenfreado de drogas, os acidentes graves e a violência podem ser considerados atuações. (p. 76)

Há dois caminhos para se pensar o ato em Freud, o primeiro localiza-se no início do seu ensino, em “A psicopatologia da vida cotidiana” (1901). Em tal texto, o ato é colocado como ao lado das outras formações do inconsciente. Pode-se dizer que o ato surge na psicanálise como ato falho ou ato sintomático. Os atos, nesse texto, são compreendidos como portadores de uma significação, não são meras ações, possuem um sentido. O outro caminho é o texto “Recordar, repetir e elaborar” (1914), no qual Freud aborda o ato de outro lugar, colocando-o como o que se opõe à recordação que poderia desembocar na interpretação. O ato aqui não é tomado como ato interpretável. Assim, o ato fica, nesse texto, contrastando com a lógica do inconsciente, dado que o inconsciente se repete de um modo e o ato, de outro. Ou seja, tem-se duas perspectivas, o ato como interpretável e o ato como o que se opõe ao inconsciente (Marcos & Derzi, 2013).

Considerando as diferentes perspectivas de Freud acerca do ato, cabe trazer agora as contribuições lacanianas para pensar tal conceito e suas relações com o suicídio.

1.3 Lacan e o suicídio

Costa (2010) afirma que Lacan defendia que todo ato verdadeiro é um suicídio do sujeito, pois o sujeito renasce desse ato, ou seja, não é mais o mesmo. Em tal ato, o sujeito se afirma, sai da indeterminação, sai de cena e do campo do Outro. Ressaltando que todo ato verdadeiro sempre comporta uma transgressão, todo ato é delinqüente, não existindo ato verdadeiro que não seja o franqueamento de um código, de uma lei, um conjunto simbólico. Entretanto, o ato também traz consigo a possibilidade de reformular essa codificação.

Lins e Rudge (2012), relembando Lacan, pontuam que no campo psicanalítico o ato não equivale a uma ação ou descarga motora, mas constitui-se pela dimensão significante, orientado por coordenadas simbólicas da linguagem, ou seja, o ato diz algo. Ressaltam que o ato, dado estar no campo significante, não possui um sentido originário; seu sentido (como de todo significante) é construído sempre *a posteriori*.

Fernandes (2012) coloca que Lacan considera que agir é separar-se brutalmente da angústia, é tentar arrancar da angústia sua certeza. Sendo que em seu seminário (livro 10) sobre tal temática ele retira o *acting out* e a passagem ao ato do lugar de negatividade, chegando a propor que se tratam de tentativas de mudanças, podendo realizar o ato que retire de modo efetivo o sujeito do lugar de sofrimento.

Lins e Rudge (2012) pontuam que no seminário sobre a angústia, Lacan apresenta o conceito de passagem ao ato no campo psicanalítico, demarcando-o em relação ao conceito freudiano de *acting out* e retirando-o da referência exclusiva à psicose, e considerando-o como uma resposta do sujeito à angústia.

O *acting out* equivaleria aquilo que Freud conceituou como *Agieren*, atuação cuja ocorrência pode se dar dentro e/ou fora do tratamento, mas que é feita por amor ao sujeito

suposto saber, a partir do inconsciente. Quando ocorre o *Agieren* o sujeito não está lá, ou seja, há uma impotência em dizer que leva ao ato (Alberti, 1999).

O *acting out* configura-se como uma manifestação pulsional na qual o sujeito repete ao invés de recordar, age com um endereçamento, uma demanda dirigida ao Outro, que é necessário como espectador.

Costa (2010), articulando Quinet e Lacan, aponta a diferenciação entre sintoma e *acting out*, colocando que no primeiro o objeto da pulsão não é mostrado, encontra-se implícito nos significantes da demanda, já no segundo tal objeto é o que o sujeito traz a cena e apresenta ao outro.

Se no *acting out* o objeto a sobe a cena, causando perturbação e desordem, na passagem ao ato o sujeito subtrai-se da cena, encontra-se fora dela, totalmente identificado ao referido objeto, não havendo lugar para o jogo significativo e para a interpretação. Ou seja, na passagem ao ato o sujeito sai da cena para o mundo (lugar onde o real se comprime), não quer mais saber de nada (saída pelo nada saber; rechaço do inconsciente). A ação, nesse caso, está totalmente isolada da história de vida do sujeito (Costa, 2010).

Lacan (1962-1963) assinala as duas condições da passagem ao ato: identificação absoluta do sujeito ao objeto a ao qual ele se reduz e o confronto do desejo com a lei. Ele situa o referido objeto da seguinte maneira:

Em relação ao Outro, o sujeito dependente desse Outro inscreve-se como um cociente. É marcado pelo traço unário do significante no campo do Outro. Não é por isso, se assim posso dizer, que ele corta o Outro em rodela. Há, no sentido da divisão, um resto, um resíduo. Esse resto, esse Outro derradeiro, esse irracional, essa prova e garantia única, afinal, da alteridade do Outro, é o a. (p. 36)

Quando o sujeito se confronta radicalmente com aquilo que é como objeto para o outro, reage de modo impulsivo (tomado por uma angústia incontrolável) e ao identificar-se com o objeto a, com sua função de resto, deixa-se cair. Tal como ocorre com a jovem homossexual, que

ao confrontar-se com o olhar furioso do pai (por estar em companhia de uma dama de fama duvidosa) atira-se por cima de um muro em direção a linha do trem. (Costa, 2010; Freud, 1920).

Costa (2010) diferencia aquilo que seria a passagem ao ato no registro da neurose e na psicose. Na primeira seria uma precipitação do sujeito para fora da cena fantasística, já na segunda se configuraria como uma tentativa de cura, onde se buscaria extrair o gozo e o objeto a do campo do outro, através de um movimento de extrema desconexão. Ressalta também que a passagem ao ato seria mais comum na psicose exatamente por faltar nessa o contorno do gozo que a fantasia fornece. Sendo assim, o sujeito ficaria a mercê de um gozo que predispõe ao ato.

2 O SUJEITO ADOLESCENTE

2.1 Quem é o sujeito adolescente?

Alberti (1999) afirma que diversos estudos nas áreas da sociologia, da arqueologia do saber e da história buscaram dar conta do aparecimento do termo adolescência, que nasceu, tal como compreendido atualmente pelo senso comum, no final do século XVIII ou início do século XIX. Tais estudos, segundo ela, demonstrariam a necessidade que a comunidade científica da época tinha em designar certa categoria etária, visando integrá-la na sociedade e sobre ela exercer uma disciplina mais vigilante.

Jover e Nunes (2005) ressaltam que Ariés (1981) observa que o termo adolescência ainda se confundia com infância até o século XVII, lembrando que no latim, os termos “*puer*” e *adolescens* eram atribuídos a jovens de diversas idades. Traduzindo para o francês, a dificuldade seria maior, pois as duas palavras seriam substituídas pelo termo “*enfant*” (criança) e seus sinônimos – “*valets*”, “*valeton*”, “*garçon*”, “*fils*”, “*gars*”. Além de se referir a um corpo que não passou pelas transformações biológicas da puberdade, o termo “*enfant*” foi usado por mais de dois séculos para fazer referência aquele que ainda era economicamente dependente ou que tinha posição mais baixa na sociedade: soldados, lacaios, auxiliares, empregados, todos eram chamados, de forma condescendente, de “*petit garçon*” (pequeno menino) daqueles que os comandavam.

Jover e Nunes (2005) acrescentam que Ariès (1981) defende que cada época elegeu um período da vida humana como preferido. Assim, no século XVII, a juventude militar ocupou um lugar de respeito (aí inclusos crianças maiores e homens não-idosos). O século XIX descobriu a infância, e o XX definiu e privilegiou o adolescente.

Os citados autores apontam que Van den Berg (1965) argumentava que a “puberdade psíquica” surgiu no século XVIII como marca do distanciamento entre o adulto e a criança - distanciamento esse que tem se tornado cada vez maior.

Jover e Nunes (2005) ressaltam que Van den Berg (1965) anteviu uma contradição recentemente debatida pela psicanálise: os modelos de maturidade que os adultos fornecem às crianças possuem em si um convite a ser adulto e, simultaneamente, a proibição de sê-lo plenamente. Dessa forma, obriga-se a criança a passar cada vez mais por etapas para alcançar à adulez.

Jerusalinsky (2004) postula que definir adolescência através de uma coordenada temporal constitui uma forma de simplificar as coisas que não respondem àquilo que usualmente conceitualiza-se como adolescência, pontuando que prefere partir da ideia de que a adolescência é um estado de espírito, que independe da idade. Ressalta, no entanto, que há conotações cronológicas que situam tal estado num momento típico da vida, apesar de tal parâmetro diferir nas diferentes culturas.

Corso (2009), durante entrevista, na qual discutia o suposto fascínio do adolescente pela morte (e ressaltando que não acredita que este fascínio seja maior do que em outras fases da vida, apenas que tal encontro seja mais perigoso), usa uma imagem de Françoise Dolto, psicanalista francesa, para falar da adolescência: “complexo de lagosta”. As lagostas têm a necessidade de trocarem seu exoesqueleto para continuar crescendo. Sendo assim, durante um tempo em que abandonam a carapaça, e até que a nova endureça, estão desprotegidas de ataques, estão mais vulneráveis. O autor defende que tal imagem é perfeita para descrever a adolescência, pontuando que são eles que estão mais frágeis e são presas mais fáceis de tudo, inclusive da morte.

Calligaris (2000) pontua que o adolescente perde a segurança garantida à criança, não ganhando em retorno uma nova forma de reconhecimento. Ou seja, o adolescente já não é a criança amada e ainda não é um adulto reconhecido.

Calligaris (2000) afirma também que “Entre a criança que se foi e o adulto que ainda não chega, o espelho do adolescente é frequentemente vazio. Podemos entender então como essa época da vida possa ser campeã em fragilidade de auto-estima, depressão e tentativas de suicídio” (p. 25).

Oliveira e Hanke (2017) ressaltam que Freud demonstrou que o inconsciente não pode ser apreendido em termos de idade cronológica, sendo incompatível que os termos puberdade e adolescência dêem conta de um período de desenvolvimento que cessa com a chegada da vida adulta. Acrescentam que Freud não cessou de comparar o inconsciente com o funcionamento do psiquismo infantil ou dos povos primitivos, demonstrando, assim, que, mesmo ao falar de uma fase do desenvolvimento não se refere a um acontecimento natural com previsão para concluir. Pelo contrário, sempre foi ressaltado na obra freudiana que uma das principais dificuldades do aparelho psíquico é abandonar um modelo de funcionamento em benefício de outro. Indicando, desse modo, que há sempre um resto insuperável no psiquismo humano que não passa com o avanço dos anos.

Partindo de tal perspectiva, Oliveira e Hanke (2017) defendem que o sujeito, tal como apreendido na psicanálise, não tem idades. Ele não é um corpo que sofre mutações naturais com a passagem dos anos e também não é a representação social que os anos computados em sua carteira de identidade provam. Mais precisamente, o sujeito com o qual Freud trabalha encontra-se entre a pulsão - que tem fonte corporal, entretanto não é corpo - e a representação, que provem do campo do Outro, mas jamais é totalmente apreendida por ele. Lembram que Lacan definiu essa condição do sujeito ao escrevê-lo com o S barrado (\$). Sendo que o S, na obra lacaniana,

representa o significante e a barra representa a falta. O sujeito seria então um significante que escapa à cadeia significante; e escapa, portanto, a qualquer representação. Sendo assim, o sujeito escapa às identificações objetivas do laço social, inclusive àquelas referentes à sua idade.

Oliveira e Hanke (2017) defendem que, embora o sujeito não tenha idades, ele apresenta tempos, e a psicanálise não os desconsidera, estando atenta aos efeitos que as representações e identificações sociais apresentam no inconsciente. Acrescentam que:

Embora a idéia de tempo lógico seja desenvolvida por Lacan (1945/1998), algo semelhante, mas não idêntico, também pode ser encontrado em Freud em sua interpretação da sexualidade humana (...). Cada um desses tempos (o instante de ver do primeiro despertar sexual, o tempo para compreender do período de latência e o momento de concluir da puberdade), embora sejam necessários para pensar a lógica da constituição da sexualidade humana, não são fatos empíricos capazes de serem relacionados de modo cronológico e imediato à vida do sujeito, por isso não têm um momento preciso de início e fim previamente determinado. (p. 298)

Oliveira e Hanke (2017) apontam que, partindo desse prisma, Freud pensava a puberdade como o tempo posterior ao período de latência. Assim, no período anterior à latência, Freud apontava o primeiro despertar da sexualidade, e a latência seria o momento em que essa sexualidade, que se despertou nos primeiros anos de vida, adormeceria. Tal adormecimento da sexualidade, no entanto, não representa uma anulação de seus efeitos, apenas um arrefecimento, jamais total. A puberdade surge como o momento em que ocorre um segundo despertar da sexualidade. Em tal momento, a revivificação do Édipo demanda a reatualização das escolhas realizadas na primeira infância e no período de latência. Escolhas de objeto e de posição em relação à sexuação. Reatualizando tais escolhas, “o sujeito percebe que não mais pode contar com o Outro, nem com o pai, nem com as fantasias infantis e nem mesmo com a imagem do próprio corpo que está em abundante metamorfose. Imaginário e simbólico falham; o real aparece” (p. 299).

A puberdade configura-se como momento de encontro com o real porque o Outro, tesouro do significante e provedor de sentido, o pai, a fantasia e as identificações falham. Diante de tal

situação, o sujeito passa a questionar os sentidos do mundo, vivencia crises de identidade, apela e ataca os pais, passa ao ato, rivaliza com gerações anteriores, procura identificações fora do ambiente familiar, experimenta as ambiguidades das escolhas objetais e da posição diante da sexualidade. No entanto, tudo isso que aparece como figuras do que a mídia convencionou chamar de crise adolescente são respostas à puberdade. A partir dessa perspectiva a adolescência se manifesta como uma série de respostas sintomáticas ao encontro com o real promovido pela puberdade (Oliveira & Hanke, 2017).

Jerusalinsky (2004) lembra que em qualquer cultura, há uma passagem entre a infância e a vida adulta que atravessa esse estado de indecisão que convoca a um iminente desfecho. Passagem de um estado de proteção (característico da infância) a um estado de exposição (característico do adulto). Considera-se o adulto um ser exposto, porque seus atos e suas palavras tem consequências, ou seja, na vida adulta, não é mais possível “fazer de conta”, enquanto que a infância caracteriza-se pelo “faz de conta”. Acrescenta que a adolescência configura-se como um momento de exceção, de passagem de uma posição de particularidade da lei (típica da infância) a uma posição de estar exposto a lei de todos. “A palavra adolescência fala de adoecer, fala de um sofrimento que é próprio da perda de proteção, inevitável na medida em que esse “fazer de conta” deixa de existir e passa a ter consequências, em que a passagem da proteção à exposição determina um sofrimento” (Jerusalinsky, 2004, p.1).

Poli (2005) argumenta que quando se trata de adolescentes é necessariamente com um sujeito em constituição que se tem que lidar. Acrescenta que:

Em toda operação adolescente, é em torno das relações entre sujeito e Outro que se processa o fundamental. O lugar do Outro com o qual o adolescente tem de lidar se apresenta, normalmente, inscrito na dupla dimensão do Outro familiar e do Outro social. O “sujeito adolescente” ocupa-se justamente de fazer a transposição: do familiar ao social. “A passagem adolescente: da família ao laço social” (...) realiza-se pela reinscrição do sujeito em um lugar Outro que aquele de sua

origem. O fim de tal operação seria marcado pelo declínio do complexo de Édipo – reeditado na puberdade – poderíamos dizer com Freud. A partir de Lacan avançaríamos na direção de uma nova inscrição do Nome-do-pai – a base do Sinthoma – que suportará o sujeito ao longo da sua vida adulta. (p.10)

Uma vez tendo analisado o conceito historicamente construído de adolescência e ressaltado os impasses que a puberdade coloca ao processo de subjetivação do adolescente, cabe agora refletir acerca das especificidades que o presente momento histórico impõe a esse tempo de despertar para o real.

2.2 Adolescência hoje

Alberti (1999) afirma que, enquanto nas sociedades denominadas primitivas os ritos de passagem funcionavam como um modo de imersão do jovem nos símbolos, no cenário atual o que se observa é que, frequentemente, a ausência de tal mecanismo cultural deixa o sujeito sem meios para lidar com os impasses surgidos do confronto com o real. Acrescenta que a adolescência coloca em questão o registro do simbólico, ou seja, daquilo que era o bastante para sanar os questionamentos do sujeito e que já não é o suficiente para lidar com o real. Desse modo, o jovem passa a questionar tal registro ou evitá-lo.

Jerusalinsky (2004) acredita que o problema com que os adolescentes se confrontam na atualidade é o da extensão do tempo, devido à urgência; de contração do discurso, pelo *fading* do Outro Social; de fragilidade do simbólico, como consequência da substituição do semelhante pelo objeto; e da falcatrua do poder, dada supressão do saber em nome de uma técnica.

Matheus (2012) coloca que a adolescência, na modernidade, se colocou como um paradoxal ritual singular, no qual cada sujeito vive, a sua maneira e com os recursos com os quais conta, um processo de subjetivação com a finalidade de conquistar a condição de indivíduo, que estrutura-se a partir deste significante privilegiado ao redor do qual se orientam valores e

condutas que fazem de cada um, um fim em si mesmo. Tal processo designa o trabalho psíquico que todo sujeito precisa realizar, quando desprende-se do véu protetor de suas figuras parentais e tem que encarar questões que lhe convocam a apresentar um posicionamento próprio (sejam questões concernentes a seu corpo, a sua posição na organização familiar, ou às contradições e incongruências que a realidade social lhe coloca). Tal posicionamento o chama a colocar em pauta o legado parental, promovendo a ressignificação das referências herdadas, seja revalidando-as em novas roupagens, seja orientando-se em oposição a elas.

Oliveira e Hanke (2017) defendem que:

O adolescente contemporâneo fica perdido entre a ordem superegoica do gozo e a abundância metamórfica das formas de gozar, o que não fixa nenhum S1, como diria Miller, nenhuma ideologia, como diria Cazusa, nenhum tipo ideal, como diria Safatle. Até mesmo porque a liquidez e fugacidade desses modos de gozo é parte essencial do discurso capitalista atual. Eis a tarefa do adolescente, e talvez não apenas do adolescente, de hoje: viver suas crises dentro das crises que seu mundo enfrenta. (p. 308)

Oliveira e Hanke (2017) apontam que é diante do cenário, onde observa-se a queda da função paterna e a presença de um supereu que ordena o gozo para além de qualquer ideal, que os jovens hoje devem viver sua puberdade. Considerando, com Freud, que uma das tarefas da puberdade é desligar-se do pai, pode-se questionar se a sociedade contemporânea não é convidada a uma tarefa parecida: “crise da imago paterna, crise dos ideais, crise do Outro, enfim, muito do que afirmamos caracterizar a adolescência também caracteriza o mundo em que atualmente vivemos” (p. 307).

Os mesmos autores defendem que, considerando que a imago do pai, enquanto representante da lei e organizador das normas, auxiliava o adolescente a buscar alguma resposta às perguntas lançadas pela puberdade, atualmente tais respostas contam, cada vez menos, com o auxílio paterno, o que ajuda a explicar o crescimento de sintomas que denunciam uma separação do Outro, tais como a toxicomania, o suicídio ou a depressão. Em aliança a tal aspecto apresenta-

se a figura superegoica contemporânea, exigindo o gozo do consumo, dificultando o processo de subjetivação da adolescência, dado favorecer, “como resposta à puberdade, o oferecimento do corpo em detrimento de qualquer ideal; o que, em outras épocas, talvez ajudasse a modular o gozo que os sintomas contemporâneos tanto exacerbam” (p.297).

Uma vez traçado a história do conceito de adolescência, assim como as diferentes perspectivas acerca de tal termo e suas características mais relevantes na contemporaneidade, partamos agora para o lugar onde, na maioria dos casos, se inicia e se desdobra a constituição subjetiva do sujeito: a família.

3 A FAMÍLIA

3.1 Família: estrutura e funções.

Família como célula da sociedade, como espaço primário de constituição da subjetividade, lugar privilegiado de transmissão da cultura e das repetições. Brückner (2003) lembra que “na clínica cotidiana e arenosa, quando se diz ‘deite e fale do que lhe vem a cabeça’ é dela – da família, que, reiteradamente, se fala” (p. 14). Sendo assim, como pensar o sujeito contemporâneo e não tomá-lo como parte de uma trama familiar?

Poli (2005) pontua:

No sentido psicanalítico do termo “família” é preciso que se compreenda o local onde se formula e se reconhece o enlace entre mito de origem e fantasma originário; lugar de alienação fundamental, do qual o sujeito deve se separar a fim de alcançar uma condição de enunciação singular. (p.10)

Assim tal autora reconhece o conceito de família como algo para além da presença física, para além daqueles que estiveram de fato onde se esperava que estivessem, família da fantasia, fantasiada; família como campo no qual o sujeito se constitui. Também nessa direção, Filho e Chaves (2014) discorrem que “ao psicanalista, a família se apresenta como uma ficção, uma construção mítica particular, tecida através de laços imaginários que mantêm unidos os seus integrantes, local onde se insere o sintoma familiar” (p.101).

Freud vale-se da tragédia para pensar a família. Nesse sentido, Correa (2006) defende que o principal corte interpretativo da tragédia promovido pela psicanálise, nasce da abordagem de Freud e da forma como teve a habilidade de metaforizar partindo da mitologia grega. Desse modo, quando Freud vale-se de Sófocles para exemplificar as dificuldades da relação triangular estabelecida na infância, coloca todos como predestinados a repetir a façanha de Édipo e, o que é

igualmente importante, todos como filhos da tragédia. Argumenta assim que nada é mais natural ao homem que a tragédia, pois ela é sua base estruturante. Correa (2006) afirma também que na modernidade a situação trágica se converte em problema prático que precisa de resolução. Da tragédia que sugeria a reflexão internalizada, passa-se ao espetáculo.

Cabe pensar a família como o cenário onde essa tragédia se estrutura e se encena. Roudinesco (2003) defende que há duas formas possíveis de abordar o fenômeno familiar. A primeira ressaltaria a análise vertical das filiações e das gerações, focando na transmissão dos saberes e nas atitudes herdadas, refletindo acerca das continuidades ou distorções entre pais e filhos. A segunda estaria mais preocupada com uma descrição horizontal, comparativa ou estrutural das alianças, dando ênfase ao fato de que cada família surge da união (e do estilhaçamento) de outras duas famílias. A primeira se aproximaria da perspectiva da sociologia, da história e da psicanálise, já a segunda estaria mais próxima da antropologia.

A autora argumenta que a instituição da família se assenta tanto sobre a existência de uma diferença anatômica quanto na proibição do incesto, princípio cuja aplicação assegura, na história da humanidade, a passagem da natureza à cultura.

A tal respeito Roudinesco (2003) acrescenta ainda que a proibição, enquanto construção mítica, está conectada à função simbólica; configura-se como fato de linguagem e de cultura que ordena a abstenção da prática de atos incestuosos em vários graus, exatamente por eles existirem na realidade. É esta proibição que possibilita a diferenciação entre o mundo animal e o mundo humano, ao retirar uma pequena parte do homem do continuum biológico. Sendo assim, a família pode ser tomada como uma instituição humana duplamente universal, pois associa um fato de cultura, socialmente construído, a um fato de natureza.

Neves (2008) aponta que:

A família é uma unidade dinâmica, um grupo social, um espaço de convivência fundamental ao desenvolvimento de seus membros; contudo, possui características e funções próprias, que são historicamente questionadas e redefinidas. A família não comporta uma definição unívoca, primordialmente centrada em parâmetros excludentes. (p. 34)

Roudinesco (2003) discorre que, em um sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros, no entanto a família conjugal ("nuclear" ou "restrita") como se apresenta atualmente no Ocidente, configura-se como a consumação de uma longa evolução (do século XVI ao XVIII) na qual o núcleo pai-mãe-filho(s) se destacou do que constituía as famílias (um conjunto, uma "casa", um grupo, que incluía os outros parentes, as pessoas próximas, os amigos, os criados).

Mandelbaum (2008) defende a importância de tomar a família como instituição social, historicamente determinada e ressalta que as mudanças culturais, econômicas, e sociais sempre tiveram impacto nas famílias, gerando mutações em seus arranjos, dinâmicas e relações com o exterior. Nesse sentido, Roudinesco (2003) distingue três grandes períodos na evolução da família. No primeiro, a família dita "tradicional" serviria fundamentalmente para garantir a transmissão de um patrimônio, no qual os casamentos eram arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos fosse tomada em consideração. Em tal perspectiva, a célula familiar assenta-se em uma ordem do mundo imutável e totalmente submetida a uma autoridade patriarcal. Num segundo momento, apresenta-se a família dita "moderna" (fenômeno que se desenvolve entre o século XVIII e meados do XX), que funda-se no amor romântico, sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnavais efetivados através do casamento, ao mesmo tempo em que atribui valor a divisão do trabalho entre os esposos, fazendo do filho um sujeito cuja educação sua nação tem a obrigação de garantir. Assim a atribuição da autoridade coloca-se como motivo de divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais

e as mães, de outro. O terceiro momento inicia-se nos anos 1960: a família dita "contemporânea" na qual se unem por um tempo relativo dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual. Em tal cenário a transmissão da autoridade torna-se cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam.

Roudinesco (2003) afirma que a família autoritária (triumfal ou melancólica) foi sucedida pela família mutilada da contemporaneidade, constituída de violências silenciosas, recordações recalçadas e feridas íntimas. O pai que sobre tal família tinha o domínio, ao perder sua auréola de virtude, ofereceu uma imagem invertida de si mesmo. Para a autora, a invenção da família edipiana impactou de tal modo a vida familiar do século XIX e a apreensão das relações inerentes à família contemporânea, que faz-se imprescindível pensar através de quais caminhos Freud foi capaz de valer-se de antigas dinastias heróicas visando projetá-las na psique de um sujeito que carrega culpa por seus desejos.

Kupfer (1992) diz que já é de domínio público que o fundamento teórico freudiano que sustenta a constituição do inconsciente é o complexo de Édipo, drama que se desenrola inescapavelmente em um triângulo que é familiar: no interjogo dos papéis encenados por indivíduos que ocupam as funções de pai, mãe e filho, o sujeito aprende a articular seu desejo a uma lei que a esse coloca um freio.

Roudinesco (2003) argumenta que a história da família dos Labdácidas remetia os homens do final do século XIX a um mal-estar estrutural que lhes parecia correlato da degradação da função monárquica do pai. Em tal cenário, Freud a atualizou como expressão de uma espécie de crise do sistema patriarcal, dado que era a conjunção de todos os sinais de uma genealogia claudicante que parecia confirmar a vinda desse apocalipse de uma possível supressão da diferença dos sexos.

A autora entende que Édipo, ao violar as leis da diferença das gerações, transgrediu o próprio princípio da diferença, enquanto paradigma da lei simbólica humana que obriga que o um e o múltiplo sejam separados para que as diferenças necessárias ao gênero humano não sejam eliminadas. Pois Édipo estava, devido seu crime duplo (o parricídio e o incesto), simultaneamente sobre quatro, sobre dois e sobre três pés. Desse modo, embaralhava a ordem social, biológica, política e familiar. Seria um assassino da diferença e seus crimes significavam o fim de todas as diferenças.

Já Mandelbaum (2008) ressalta que nas tragédias gregas o campo familiar se apresenta como terreno propício e primordial para a exploração dos complexos impasses entre homens e divindades. Defende que Freud foi capaz de operar com a obra de Sófocles em um contexto totalmente diferente, porque a tragédia abriga em seu interior um drama familiar com poder de significar com intensidade emotiva para além do cenário sociocultural no qual estava circunscrita.

(...) é o núcleo do intenso entrechoque emocional carregado de contradições entre os membros de uma família que permitiu essa releitura da tragédia de Sófocles e a reelaboração de Édipo num complexo capaz de apontar para o miolo do drama humano (...), e integrado a uma compreensão que encontra na tragédia a figuração propícia para pôr em manifesto a dinâmica pulsional em jogo no processo de humanização de cada homem, processo este que Freud sempre posicionou no interior de uma cena familiar, a qual é sempre dotada das potencialidades necessárias para fazer sucumbir ou desenvolver cada homem, isto é, que ele adoça profundamente ou que promova o seu desenvolvimento. (Mandelbaum, 2008, p. 28)

Heinemann e Chatelard (2012) ressaltam que no texto “Os complexos familiares na formação do indivíduo”, Lacan (1938) afirma que a organização da estrutura familiar não se deve à biologia, ou seja, a família não é natural, é um fato social, uma instituição que altera-se de acordo com a civilização. Afirma também que a família exerce um papel central na transmissão da cultura, constituindo, desse modo, a estrutura elementar da sociedade e o alicerce das relações sociais.

Lacan (...), em Nota sobre a criança, indica que a família conjugal exerce e mantém uma função de resíduo na evolução da sociedade em relação à transmissão da constituição subjetiva na via que implica “a relação com um desejo que não seja anônimo”, e não só na satisfação de necessidades. A partir disso, há um julgamento da função da mãe e do pai. Em relação a este, diz ele que “seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei do desejo”, ou seja, o Nome não deve ser desencarnado, mas deve poder encarnar a Lei no desejo. Nesse momento, postula que o sintoma da criança pode representar a verdade do casal, da estrutura familiar ou da subjetividade da mãe. (Heinemann & Chatelard, 2012, pp. 648-649)

De acordo com Filho e Chaves (2014), é com a releitura que faz do complexo de Édipo freudiano que Lacan “contribui para o esclarecimento da acepção de família, agora como estrutura, ordenando a questão do falo, do Nome-do-Pai como significante da lei, e estabelecendo os registros da falta e do objeto como frustração, privação e castração” (p. 109).

Os referidos autores dizem que Lacan defende que romper a relação especular da criança com a mãe é o que configura a função paterna, ou seja, o pai não cria a lei, mas é o efeito dela e a representa. Logo, o Nome-do-Pai constitui-se como “significante privilegiado que substitui o desejo da mãe e instaura a divisão do sujeito” (p.109). Afirmam ainda que:

Segundo Lacan, em uma família, há lugares ou funções de mãe, de pai e de filho, que se articulam na constituição do sujeito. É no contato da criança com o Outro (Autre), inicialmente representado pela mãe, pela linguagem, que ela se constitui como sujeito: “Esse é o momento do Édipo, em que se interpõe à relação dual, imaginária por excelência, uma relação ternária, simbólica, instaurando o inconsciente. (Filho & Chaves, 2014, p. 109)

Heinemann e Chatelard (2012) defendem que “é a partir dos lugares significantes – função do pai como Nome e a da mãe como Desejo – que o sujeito (criança) se posicionará” (p. 645). Sendo isso o que se convencionou chamar de metáfora paterna e que escreve a relação entre o Nome-do-Pai e o Desejo da mãe. Aquele “é um significante que nomeia, este é um significante da presença ou ausência, ou seja, é um significante do objeto primordial” (p. 645). A metáfora paterna denota que o Nome se sobrepõe ao Desejo (acarretando uma perda de gozo); desse modo, a função do pai é de interdição. Assim, mãe, criança e pai podem ser tomados a partir de seus lugares significantes. Pode-se pensar a família pela via do significante e pela via do gozo em jogo

para o sujeito, e é possível analisar a constituição de cada sujeito partindo de suas relações na família.

Sobre a mãe, Vieira (2005) lembra que Lacan (1969) em seu texto “Nota sobre a criança”, define a mãe não como alguém que atende as necessidades, mas como aquela que, com seus cuidados, apresenta um interesse particularizado na criança. Assim, a mãe se interessa por alguma coisa que o infante tem.

Se interessa em favorecer, em fazer acontecer, se interessa em criar alguma coisa que aquela criança tem. Tentem juntar as duas coisas, uma coisa é uma mãe que se interessa por seus filhos, mas isso é muito geral; ou, uma mãe que adora o filho, mas isso é muito pouco. Agora imaginem uma mãe que adora o filho porque ele tem um jeitinho disso e daquilo, isso é diferente - ela conseguiu particularizar o interesse dela. Entre: “Eu amo essas crianças todas. Que maravilha!”, e “Eu amo essa criança por isso, e aquela por aquilo”, há diferença. Cuidar, e que seus cuidados mostrem um interesse; que esse interesse porte a marca de uma particularidade da criança. (Vieira, 2005, p. 4)

Theisen (2014) discorre que a posição da mãe, ou daquele que exerce a função materna, tem como base primeiramente preencher as funções que o bebê necessita (alimentação, higiene, suporte, deslocamento). No entanto, além de garantir a sobrevivência do infante, ela deve encarregar-se de oferecer significação a tais necessidades e inscrever um sujeito nesse bebê. Dessa maneira, a função materna sustenta para o infante uma imagem que serve de referência para sua constituição subjetiva. O sujeito que desempenha a função materna manejará a criança de acordo com os significantes que atravessam sua história e conforme o lugar que tais significantes imputam ao seu bebê. É a mãe quem assume para o infante a posição de Outro primordial.

Já o pai, ressaltam Heinemann e Chatelard (2012), emerge a partir do discurso materno para o infante, ou seja, é produzido, criado em diversas versões, manifesta-se com variados nomes naquele discurso. O pai é aquilo que no discurso materno representa a Lei. Assim, é possível apreender a função do pai tanto como o papel paterno como o lugar que ele ocupa para a

mãe e para o infante. Ele toma uma função metafórica, análoga à função da linguagem, do significante como Lei (a Lei do desejo).

Na contemporaneidade, com os avanços científicos que se articulam com o capitalismo, é possível afirmar que ocorre um predomínio do mais-de-gozar sobre o Nome-do-Pai. Assim, não é o interdito que prevalece, mas o objeto a que sobressai. Nas famílias, o pai é aquele que trabalha, que necessita ganhar a vida, mas isso não quer dizer que ele assuma o lugar de chefe da família. Assim, ele não ocupa o lugar de mestre (de S1), mas o de escravo. Ou seja, atualmente, ocorre uma predominância do real do gozo sobre o ideal. Dessa maneira, o Nome-do-Pai entra em declínio e observa-se a ascensão do objeto a (Heinemann & Chatelard, 2012).

3.2 Família e transmissão

Azevedo, Férez-Carneiro e Lins (2014) defendem que as funções do aparelho psíquico familiar são de oferecer continência, ligar, transformar e transmitir. A função de transmissão na sucessão de gerações diz respeito a como cada família oferecerá ao infante os modos de acessar o mundo. Cada família transmite ao recém-nascido sua forma de perceber o mundo exterior e de fazer arranjos no universo interno. São esses instrumentos psíquicos de decodificação que cada sujeito toma como ponto de partida para construir seu mundo interno, tonalizado por suas fantasias particulares. O berço psíquico familiar no qual o infante é acolhido apresenta características particularizadas; por tal motivo torna-se bastante relevante voltar o olhar para o tema da transmissão psíquica, dado que ela “veicula o modelo de parentesco, ordena as atrações e rejeições, prescrições e proscricções, distribui o lugar de cada membro da família e está na origem da transmissão dos mitos e dos ideais” (p. 181). O sujeito não constrói totalmente sua história, ancora-se em uma história familiar que o antecede. Da história familiar ele extrairá a substância de suas fundações narcísicas para, enfim, tomar um lugar de sujeito.

Mandelbaum (2008) defende que nas redes de relações familiares nas quais os sujeitos se constroem, eles transmitem e recebem de forma contínua mensagens conscientes e inconscientes. Mensagens recebidas desde o nascimento e que são inscritas pelas gerações nas maneiras de ser, na cultura da família, e na trama relacional muito antes do sujeito vir ao mundo. A rede relacional das famílias compõe-se como um emaranhado de vias de transmissão, e os sujeitos são nelas simultaneamente ativos e passivos naquilo que transmitem e no que recebem.

Transmitimos as mensagens que criamos e, também, as que nos atravessam, das quais somos mensageiros, no mais das vezes sem saber. Somos depositários de mensagens alheias, que recebemos, reproduzimos e reelaboramos a partir de nossas formas singulares de compreensão. O que essas mensagens transmitem? Transmitem a própria linguagem, informações de como devemos ver o mundo, teorias sobre os problemas e sobre as soluções, os fatos e as interpretações sobre eles, e também fantasias, ansiedades e modos psíquicos de defesa. Transmitem-se também, através das gerações, culpas – na forma de dívidas impagáveis e identificações melancólicas –, ideais – convertidos em mandatos – e formas de subjetivação. Somos feitos destas transmissões (Mandelbaum, 2008, pp. 110-111).

Inglez-Mazzarella (2006) aponta que na transmissão psíquica é possível “uma aproximação da ideia de repetição da fatalidade para além de seu caráter individual” (p. 58), pois nela tal repetição ignora os limites entre os diversos membros dos grupos familiares, insistindo ao longo das gerações.

Freud, de acordo com o apanhado de Azevedo et al. (2014), trata da questão da transmissão em diversos pontos de sua obra, e pode-se distinguir diferentes concepções. No que concerne à transmissão intrapsíquica, cabe citar o texto *Interpretação dos sonhos* (1900), que aponta a transmissão de uma instância psíquica para outra. Já no *Rascunho L*, Freud (1969) defende que as fantasias se compõem do que foi vivenciado e do que foi ouvido, da história dos pais e antecessores e do que é presenciado pelo sujeito. Dessa maneira, o que foi ouvido por cada sujeito é produto de uma junção entre o ouvido e o visto por outras gerações que, transmitido, transforma-se em trama fantasmática familiar. As diversas articulações das cenas se conectam e

formam um tecido, uma produção conjunta, na qual as cenas vivenciadas por alguns são portadas por outro.

Sobre tal tema, Palieraqui (2014) diz que as vivências maternas (que também resultam de um passado ancestral) se manifestam nos cuidados que ela terá com sua prole. O psiquismo materno atrai, norteia, desembaraça a pulsão do infante; ela aponta o caminho sexual, auxilia na transformação da excitação em sensação, “como o faz com a percepção e a fantasia simbólica. A família como matriz intersubjetiva do nascimento da vida psíquica a passagem obrigatória da transmissão da vida psíquica entre gerações” (pp. 16-17).

Azevedo et al. (2014) dissertam que a constituição de um sujeito se fundamenta em sua origem, sua história e suas fantasias sobre as relações que formam seu romance familiar. A transmissão psíquica é essencial no grupo familiar e “remete à inscrição do sujeito em uma cadeia geracional da qual ele é um elo e à qual ele se submete. A transmissão psíquica consiste na precedência do sujeito por mais de um outro” (p. 178); no imperativo de ser herdeiro, beneficiário, mas também pensador e, até criador, do que lhe foi transmitido. Cada um, e cada família, tem por empreitada construir, organizar e transformar certas heranças não elaboradas, conservadas em estado bruto e que se infiltram no presente. Verifica-se, assim, que a família é o lugar e o aparelho da transmissão.

Mandelbaum (2008) ressalta que, no que concerne aos processos de transmissão psíquica, é vital distinguir entre o que é passível de introjeção pelo sujeito (que tenta fazer o manejo do conteúdo que recebeu, seja através do jogo, da fantasia e de recursos inconscientes ou pré-conscientes diversos, o que possibilita um encontro progressivo em direção à consciência), e aquilo que é incorporado como coisa, no lugar do objeto perdido (em tal situação o sujeito toma de forma concreta o que deveria ser entendido de modo figurado, o que resulta em uma ausência de representações ou na presença de representações incongruentes).

Quando o transmitido circula por fora do alcance de um trabalho de elaboração, Inglez-Mazzarella (2006) afirma que se está diante da transmissão em sua dimensão de negatividade. A autora discorre que na transmissão do negativo opera aquilo que não pode ser contido, retido, lembrado. Aquilo que não acha inscrição no psiquismo dos pais e/ou das gerações antecedentes e se deposita na psique da criança: a doença, a falta, o crime, objetos desaparecidos sem traço ou memória, pelos quais não se fez um trabalho de luto ou nem mesmo se falou.

Estamos todos nós, humanos, atrelados a uma origem que nos diz respeito, embora a ela não tenhamos acesso. Não a criamos, apenas temos notícias, por meio do que será reconstruído a posteriori. Somos elo em uma cadeia muito anterior à nossa chegada, com a qual temos uma dívida. Há uma origem que nos é concomitantemente inacessível e determinante. (Inglez-Mazzarella, 2006, p. 59)

Mandelbaum (2008) afirma que à transmissão de conteúdos não representados pode ser chamado de trabalho denegativo e lembra que Freud propunha a negação como um dos mecanismos de defesa que funcionava para lidar com conteúdos psíquicos considerados intoleráveis. A autora ressalta que quando o sujeito não encontra possibilidade de oferecer sentidos aos conteúdos históricos brutos recebidos, a transmissão se faz em ato e na carne, por meio de atuações ou sintomas, que configuram modos de comunicar, mas que abrigam “a estranheza do sem sentido” (p. 116).

Ainda sobre a transmissão em seu aspecto de negatividade, Mandelbaum (2008) cita René Kaës, que propôs que em algumas famílias pode se estabelecer o que ele chamou de pactos denegativos. Esses seriam arranjos formados de modo inconsciente entre os membros de um grupo familiar com pretensão de evitar o contato com afetos e representações vivenciados como impossíveis de elaborar psiquicamente. Tais pactos não são passíveis de questionamento ou até mesmo de verbalização. Os membros da família, comprometidos com tal pacto, partilham de segredos e silêncios que, entretanto, mantêm-se em atividade na vida familiar, seja por meio de

sintomas de um dos membros, restrições no pensar e no simbolizar ou mesmo “assombrações cujas presenças mudas pesam na atmosfera familiar” (p. 117).

Após esse breve percurso pela história da família e seu lugar como aquele onde o sujeito se estrutura e onde a transmissão se efetiva, cabe agora nos debruçarmos aos caminhos que levaram ao encontro com uma família entre muitas outras, família que permite a construção deste trabalho.

4 METODOLOGIA

4.1 O método psicanalítico e a construção do caso

Esta pesquisa teve por objetivo investigar as tentativas de suicídio entre adolescentes e suas relações com as tramas familiares e a cena contemporânea. Para tanto, tomou-se como base o método psicanalítico que, de acordo com Neves (1999, p. 47) “(...) procura focalizar o avesso, o inconsciente dos fenômenos manifestos. Tem uma função híbrida que desemboca no contato com o campo de investigação, despertando o florescimento de inquietações e questionamentos (...)”.

De acordo com Iribarry (2003):

A pesquisa psicanalítica marca sua diferença em relação às demais abordagens pelo menos em dois pontos fundamentais: primeiro, porque ela não inclui em seus objetivos a necessidade de uma inferência generalizadora, seja para a amostra ou para a população, pois seus resultados modificam a maneira como os pesquisadores da comunidade psicanalítica irão demarcar sua posição em relação aos novos sentidos produzidos pelo texto que torna a pesquisa pública; segundo, porque suas estratégias de análise de resultados não trabalham com o signo, mas sim com o significante (...). (p. 117)

Iribarry (2003) aponta que o método psicanalítico não apresenta novidades quando trata da escolha dos participantes ou das técnicas utilizadas e que tal novidade mostra-se nos dispositivos metodológicos usados nos procedimentos de análise dos dados. O autor ressalta que os procedimentos de coleta de dados podem ser vários, mas que o imprescindível é transformar sempre o dado em texto.

No presente trabalho optou-se pela construção de caso clínico que, segundo Viganó (2010), configura-se como uma construção democrática na qual os protagonistas do caso - operadores, familiares, instituições - apresentam suas contribuições. Ou seja, agrupa-se as narrativas dos protagonistas e busca-se encontrar aquilo que eles não perceberam, “cegos pelo seu saber e pelo medo da ignorância” (p. 2). Assim, o paciente assume uma posição docente, no

entanto, aquilo que ele ensina não cruza por sua consciência e não pode ser falado diretamente, apenas através da “escuta das particularidades, das coincidências que foram escandidas de sua história, do enigma de seus atos falhos, recaídas, ausências, etc.” (Vigano, 2010, pp. 2-3).

Val e Lima (2014) afirmam que quando fala-se de construção do caso, trata-se de uma modo de acompanhamento do paciente que toma por base o discurso e o diagnóstico estrutural, objetivando o estabelecimento de balizas para a condução do tratamento. Os autores ressaltam que apesar de uma metodologia de construção do caso em psicanálise não estar plenamente estabelecida, muitos esforços tem sido feitos para delinear as diretrizes deste campo. Acrescentam ainda que, dada as devidas ressalvas, cabe destacar as características da clínica que emerge em tal campo: “1) o ponto de partida é sempre o caso; 2) o sujeito está no centro de seu tratamento, o que o torna o protagonista na construção de uma verdade válida para ele, e não, necessariamente, para o universal; 3) por último, trata-se de uma experiência orientada em direção ao Real” (p.101).

Aqui, o caso se constrói em torno dos encontros de Sara (17 anos) e sua família (pai e mãe) com a analista. Sara encontra-se em acompanhamento há aproximadamente oito meses. O recorte da presente pesquisa se debruça sobre os nove primeiros atendimentos de Sara e os quatro atendimentos realizados com os pais da adolescente.

A narrativa do caso foi construída partindo da leitura do material produzido pela analista após os atendimentos tanto de Sara quanto da família. Tais escritos continham fatos, informações e histórias trazidas pelos pacientes; afetos e pensamentos despertados na analista durante as sessões ou no momento de relatá-las e breves retratos da situação transferencial. As falas dos sujeitos quando apresentadas no texto serão trazidas entre aspas.

Para a realização de tal leitura buscou-se aporte em Rosa e Domingues (2010) que defendem que, na pesquisa psicanalítica, a análise dos dados deve orientar-se pela escuta e

transferência instrumentalizada do pesquisador em relação ao texto e ressaltam que, na clínica, a escuta tem por base a teoria e a atenção à fala do analisando, já na pesquisa, ao invés da fala, trabalha-se com o texto escrito buscando identificar significantes cujo sentido apresente-se como uma contribuição original para o problema de pesquisa que norteou a investigação.

Iribary (2003) também faz apontamentos nesse sentido quando cita dois procedimentos usados para examinar os dados quando se trata de uma pesquisa psicanalítica: a leitura dirigida pela escuta e a transferência do pesquisador ao escrito dos participantes da pesquisa. O autor afirma que “o pesquisador psicanalítico vai instrumentalizar sua transferência ao texto composto pelo dado coletado de modo que possa identificar significantes já escandidos pelo autor do texto como também efetuará um trabalho de escansão de significantes que a legibilidade do texto permite” (p. 127).

Assim, a partir de tais leituras, buscou-se produzir interpretações, encontrar pontos de repetição nos discursos, nas histórias e na relação transferencial e apreender o estilo singular de funcionamento de Sara e de sua família, as modalidades de sofrimento, as estratégias diante da angústia, e o posicionamento diante do outro. Nesse sentido, Miller (1996) entende que a construção é uma estratégia através da qual o analista inventa uma coerência para os fragmentos de inconsciente que se manifestam de forma isolada. O material inconsciente surge aos pedaços e o analista articula-os e compõe um conjunto com a construção.

Já Val e Lima (2014) defendem que:

(...) no processo de construção do caso articulam-se o necessário da repetição da cadeia significante, o impossível de ser lembrado pela cadeia e a contingência do investimento libidinal, que explica a impossibilidade da verdade ser dita toda na experiência analítica. Busca-se reduzir o caso clínico aos significantes fundamentais e necessários do sujeito, supondo que essa redução demarcará, ao mesmo tempo, um impossível e a contingência/singularidade da instituição de certo modo de gozo para um sujeito. Nos limites do texto extraído da operação-redução realizada no processo de construção do caso, circunscrevemos o Real que se apresenta, justamente, como impasse da escrita. (p. 112)

A partir do material produzido após as sessões, as construções e a escrita do caso foram geradas paulatinamente. Sobre tal processo, Figueiredo (2004) diz que:

O relato clínico que se apresenta rico em detalhes, cenas e conteúdos é a história. O caso é produto do que se extrai das intervenções do analista na condução do tratamento e do que é decantado de seu relato. Portanto, a história pode ser fatigante, se muito detalhada, e o caso será morto se for reduzido apenas a uma fórmula. Estabelece-se aí um binômio que retoma, então, a idéia de uma formalização necessária do relato que não se reduz a uma teorização formal nem a uma elaboração de saber sobre os problemas do paciente. Pelo contrário, trata-se sim de colocar em jogo os significantes do sujeito, suas produções com base na elaboração em análise, e a resposta do analista em seu ato com os efeitos que daí advenham para cernir certos significantes numa composição mais esquemática, visando decantar a história e traçar o caso a partir do discurso. Só assim será possível recolher dos infindáveis detalhes de uma história a direção de um caso. Enfim, uma história deve se fazer caso para que se possa trabalhar em psicanálise. (pp. 79-80)

Sobre o processo de construção do caso, Val e Lima (2014) defendem que ele inicia-se quando o analista escolhe o caso e executa uma compilação dos conteúdos das sessões em um texto com o formato de história clínica. Ressaltam que a eleição do caso já modifica o olhar que o analista tem sobre o paciente. Acrescentam que o texto inicial apresenta uma visão geral do caso, da qual é possível extrair uma questão específica de acordo com o estilo e interesse do analista.

No que concerne a Sara, demorei a assumi-la como caso a ser construído. Enxergava-a inicialmente como uma participante de pesquisa através da qual deveria obter respostas para as perguntas que eu propusera neste trabalho. Somente com as discussões propiciadas durante as supervisões, foi possível tomar Sara em sua singularidade, sujeito portador de um saber não sabido e, partindo disso, apostar na possibilidade de construção de algo sobre ela. A partir de tal momento, os atendimentos saem da paralisia silenciosa em que se encontravam e uma figura ampla do caso e uma questão começam a emergir.

Val e Lima (2014) apontam que é a partir da supervisão que tal questão torna-se mais circunscrita e os elementos singulares do caso tomam contornos mais nítidos. Em tal momento, os significantes fundamentais do sujeito que se destacaram à força da repetição ganham maior relevo. Acrescentam que a supervisão torna possível ao analista localizar os pontos em que a

relação com sua fantasia gera obstáculos para a extração da lógica do caso, permitindo que ele reoriente sua posição na transferência. O saber produzido por tal comentário não se relaciona com o acúmulo de conhecimento, mas com a apreensão de um "saber fazer" com o caso clínico. Aquilo que se produz na supervisão possibilita um novo recorte do caso e, assim, mais um texto é criado, agora ainda mais reduzido.

Foi um caminho parecido com o acima delineado que trilhei na tentativa de construir o caso Sara: questões foram levantadas, significantes basilares do sujeito foram se destacando através da repetição; graças às supervisões alguns pontos cegos do analista foram apontados, assim como os impedimentos e impasses produzidos pela relação do caso com sua fantasia; a posição na transferência sofreu modificações necessárias; e assim, buscou-se produzir algum saber, que transformou-se nesta escrita.

4.2 Os caminhos até Sara

O que eu esperava ao propor esta pesquisa? Numa primeira versão, esperava ouvir o que levava adolescentes a quererem morrer. Entender em quais circunstâncias crescia e se impunha esse desejo de morte. Esperava compreender como a família e a sociedade contemporânea, em seu movimento e história, ajudavam a produzir e exacerbar tais conjunturas.

Esperava que, sendo aprovado o projeto pelo Comitê de Ética, facilmente iria encontrar três sujeitos adolescentes que tentaram suicídio e suas respectivas famílias. Como bons “sujeitos ideais” iriam se dispor a contar tudo sobre suas vidas e suas tentativas de morrer em algumas entrevistas de acolhimento realizadas na clínica de psicologia da universidade.

A queda da minha pesquisa idealizada começa por uma espera de 11 meses pela resposta do Comitê de Ética. Durante minha espera passo a questionar a estratégia escolhida para ouvir os adolescentes e suas famílias. Por que propor algumas entrevistas de acolhimento e não

atendimento psicológico? Tais entrevistas não entrariam na lógica da burocracia e da avaliação que impera em quase todos os órgãos públicos onde se oferece “ajuda psicológica”? Não estaria eu repetindo o que tanto criticara durante todo o meu trajeto profissional em instituições públicas? Talvez fosse o momento, afinal, de operar em outra lógica.

Da espera para a busca, parto para a instituição onde me proponho a encontrar meus sujeitos de pesquisa. Começo por uma conversa com um dos técnicos administrativos que lá trabalham acerca do processo de acolhimento dos usuários. Ele explicou que os interessados em serem atendidos entravam em contato por telefone, ou presencialmente, e deixavam o nome completo, o telefone, a idade, e, caso desejassem, alguma informação extra.

Questionei se havia uma lista daqueles que já passaram por acolhimento (ou atendimentos prévios), o que configuraria uma lista com mais detalhes acerca das queixas trazidas pelos usuários. Ele disse que sim e me apresentou uma pasta com aproximadamente 10 casos. Dentre esses encontrei apenas um no qual constava que a paciente havia realizado tentativa de suicídio. Tal adolescente fora atendida por cerca de cinco sessões em 2016 e encaminhada para que fosse dada continuidade ao acompanhamento (o que não aconteceu).

Estabeleci contato com a mãe da adolescente e questionei se ela ainda teria interesse em passar por acompanhamento psicológico. A genitora informou que a garota já não desejava atendimento, pois estava priorizando outros aspectos de sua vida no momento.

Também olhei a lista de espera geral, na qual encontrei apenas uma paciente que, de acordo com o que constava no item observação, realizara tentativa de suicídio. Tentei contato telefônico, mas as ligações não foram atendidas.

Como meu plano inicial de encontrar os sujeitos de pesquisa na clínica vinculada à universidade não obteve os resultados esperados, resolvi buscá-los na rede. Conversei com profissionais que atuam no âmbito da saúde pública e da assistência social, e solicitei que

fizessem um levantamento, em seus locais de trabalho, para verificar a existência de adolescentes que realizaram tentativa de suicídio.

Na busca por tais adolescentes que, contrariando minhas expectativas iniciais, não estavam aparecendo, me encontrei com uma psicóloga do ambulatório do Hospital de Clínicas. Ela relatou que durante os mais de cinco anos nos quais esteve trabalhando lá só soube de um caso de tentativa de suicídio realizada por uma adolescente. Recordou que tal caso fora bastante recente e estabeleceu contato telefônico com a psicóloga da enfermaria de pediatria (responsável pelo acompanhamento inicial do caso) que se dispôs a conversar comigo. Essa, por sua vez, contou que em seus quatro anos de trabalho no hospital o caso da referida paciente foi o primeiro de tentativa de suicídio entre adolescentes do qual ela tomou conhecimento. Ela considerou interessante que eu conversasse com a psicóloga da enfermaria de psiquiatria e articulou nosso encontro.

A psicóloga da psiquiatria relatou que chegavam diversos casos de tentativa de suicídio em seu setor, em sua maioria adulta, mas esporadicamente alguns adolescentes também. Discutimos a possibilidade de encaminhamento de tais casos para a clínica, ela lembrou que, obedecendo ao fluxo da rede de saúde, concomitante a alta eles são encaminhados para os respectivos CAPS.

Converso, assim, com uma das psicólogas do CAPSi. Ela conta das dificuldades (que beiram a impossibilidade) de acessar tal instituição como parceira de pesquisa, devido aos entraves colocados pelos gestores de tal órgão.

Se inicialmente me questionava onde estavam esses adolescentes e porque não conseguia encontrá-los, passo a imaginá-los presos na rede. Peixes morrendo sufocados nas linhas que a tecem. Rede que captura, enlaça, aprisiona e deixa morrer.

Começo a sentir que as portas das instituições se fecham. Passo a questionar se ao optar por buscar tais sujeitos nas malhas institucionais não estaria sabotando minha pesquisa. Eis que,

quando já estava prestes a rever minha estratégia, surgem três encaminhamentos vindos de profissionais da rede. Uma das adolescentes encaminhadas era acompanhada por um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). A profissional que a encaminhou contou que ela já fizera três tentativas de auto-extermínio. Estabeleci contato com a adolescente e agendamos um horário. Ela não compareceu. Remarcamos mais duas vezes, no entanto, ela novamente não compareceu.

Outra das adolescentes foi encaminhada por um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), já realizara tentativa de suicídio e estava se cortando. Liguei, falei com a mãe e agendamos um horário. A família não compareceu. Tentei mais algumas vezes, mas a família não veio.

A terceira era acompanhada por um órgão que atende adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. É ela, Sara, quem comparece, e é desse encontro-acompanhamento que tento dar conta através deste trabalho.

5 CONSTRUINDO O CASO

5.1 Sara

Sara era uma adolescente de 17 anos que morava com os pais e um irmão mais velho. Tinha também uma irmã e um irmão que são filhos biológicos apenas de sua mãe e que não residiam com ela.

A jovem cursava a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois abandonara a escola regular. Fazia cursos profissionalizantes e sonhava em conseguir um trabalho, o que era dificultado por sua baixa escolaridade.

A profissional que a encaminhou contou que a jovem, no primeiro encontro de ambas, a deixou muito preocupada, pois expressou seu desejo de morrer e de matar a genitora.

Sara tinha um namorado e seu relacionamento era permeado por sua constante insatisfação com o rapaz. Queixava-se que ele não lhe “dá nada”, que não dialogava, que a preteria em função de jogos eletrônicos e amigos, e que criticava suas roupas e condutas.

A adolescência de Sara pode ser contada em dois tempos. Antes e depois de uma intervenção policial e jurídica. O primeiro tempo é o das fugas de casa, das festas, dos conflitos, da adolescente rebelde e destrutiva, que ameaça ferir a si mesma e a mãe.

Digo a adolescência, pois a infância de Sara é pouco abordada durante os atendimentos sobre os quais esse texto trabalha. Sara é desenhada como uma criança que era extremamente apegada à mãe, que a defendia das agressões de um pai distante e pouco tolerante.

Sendo assim, é com surpresa que a mãe recebe a mudança da jovem, que passa a enfrentá-la e dela distanciar-se, chegando mesmo a ameaçar matá-la.

O segundo tempo da adolescência inicia-se após Sara ser apreendida pela polícia (em um local onde havia drogas) e receber do juiz a ordem de retornar para a casa dos pais, de onde havia

fugido após uma briga. Sara passou, então, a ser acompanhada por um órgão socioassistencial, no qual ela e seus pais foram atendidos e convidados a participar de intervenções que visavam promover mudanças na dinâmica familiar, e retomou seus estudos.

A adolescente chegou aos atendimentos aqui trabalhados poucos meses após a referida intervenção. Contou que se afastara dos colegas, que já não frequentava festas e que raramente passeava. Contou também de seu desânimo e de como passava a maior parte de seu tempo trancada dentro de seu quarto.

Os atendimentos de Sara eram permeados de silêncios, ausências e insinuações de que talvez ela não os levasse a diante. Ela desmarcava sessões frequentemente, alegando ter compromisso ou não estar se sentido bem; ficava calada por longos períodos durante os atendimentos e chegou a dizer “(...) eu não gosto, mas minha mãe fica me obrigando a ir” e questionar “e quando eu não quiser ir mais?”.

Os pais de Sara encontravam-se desempregados e a família passava por dificuldades financeiras. O pai trabalhava formalmente, mas fora dispensado devido sua função ter se tornado não mais necessária na empresa. A genitora já trabalhara em funções ligadas à higienização, mas na época dos atendimentos estava esporadicamente fazendo trabalhos artesanais que tentava vender. Com ambos os genitores sem fonte de renda fixa, Sara queixava-se que o ambiente familiar apresentava uma precariedade material, no qual faltava os instrumentos materiais para se movimentar no mundo como comida, roupa, dinheiro para o transporte. Agora que nossa personagem está minimamente delineada, cabe retomar a questão que movimenta esse trabalho: e o suicídio? E o ato?

5.2 “Sumir do mundo e de todo mundo” – a menina e o ato

Em nosso segundo encontro, Sara contou da época em que seus “*nudes*” foram espalhados. Diz que a mãe, ao tomar conhecimento do fato, a humilhou e xingou, o que a levou a querer desaparecer e tentar se ferir. Relatou também que já tentara se cortar e se furar com a intenção de morrer, mas que era “muito difícil”.

Sara falava de forma nebulosa, imprecisa e reticente sobre o tema. Seus pais disseram que ela já tentara se machucar, mas que nunca tentara se matar “de fato”. Pareciam considerar tal assunto de segunda ordem, sem grande relevância ou gravidade.

Em um atendimento posterior, Sara voltou a abordar tal assunto ao relatar que a mãe disse que iria me ligar para contar coisas que ela não estava expondo. Quando a questioneei sobre o que seriam tais coisas, narrou que após uma discussão com o namorado ficou “surtada”, trancou-se no banheiro e ficou falando que queria morrer.

Sara narrou tal acontecimento com displicência, pontuando que a mãe ficara bastante transtornada devido seus comportamentos. Diante dos relatos de Sara e da família percebo que há uma encenação, uma cena de risco, de perigo de morte. Na realidade há várias cenas:

A garota que ameaça matar a mãe com uma faca, que tranca-se dentro de casa, impedindo entradas e causando nos demais o temor de que se machucará; a menina que tem seus *nudes* espalhados, é humilhada pela mãe e pelos colegas e cogita a morte como possibilidade; a menina que enfrenta a mãe, apanha, foge de casa, tem uma arma colocada em sua cabeça pela polícia ao ser apreendida em uma casa cheia de drogas; a menina que mais uma vez se tranca, que grita que quer morrer e mobiliza a família ante o temor de que ela irá se ferir; a menina que silencia e se ausenta das sessões, provocando na analista sensações angustiantes, um clima de risco e de necessidade de socorrê-la.

Pensando o ocorrido nas e em torno das sessões, vale lembrar que Freud (1914) percebeu que Dora o abandonou três meses após o início do tratamento repetindo com ele uma situação que vivera com *Herr K*. A partir daí sua atenção volta-se para esse novo mecanismo e ressalta o fato de que a transferência é um fragmento da repetição e que essa é uma transferência do passado esquecido. Assim, o trabalho analítico só é iniciado no momento em que o paciente gera uma repetição (inconsciente) desse tipo com o analista. Repete-se o que já caminhou a partir das fontes do reprimido para a personalidade manifesta, inibições, atitudes inúteis, traços patológicos de caráter, e sintomas. A compulsão a repetir padrões arcaicos substitui o recordar e leva Freud a pensar tal movimento como uma resistência, colocando que quanto maior a repetição mais a atuação substituirá a recordação (Nunes & Santos, 2017).

Sara parece repetir no *setting* analítico os movimentos de fuga e de tentativa de manter os demais afastados (com suas ausências, suas falas evasivas e seus silêncios), ao mesmo tempo que mantém uma posição de quem necessita de ajuda e socorro (se tomado em consideração os afetos surgidos na analista). Assim, essa adolescente parece assumir uma posição ambígua em relação ao outro: afasta-se, evade-se, mas grita silenciosamente para que o outro venha em seu auxílio.

Todas as cenas aqui trazidas carregam consigo uma ameaça velada de morte, mas cabe questionar em que medida representam movimentos subjetivos diferentes e modos diversos de lidar com a angústia.

A cena em que Sara tranca-se e grita que quer morrer parece distinguir-se por conter um apelo mais explícito, as demais parecem conter menos um chamado e mais um desertar, seja em pensamento (cogitando a morte como uma possibilidade e desejando desaparecer), seja em suas condutas (fugindo de casa; colocando-se em uma situação de periculosidade envolvendo a polícia; tentando eliminar a mãe; e trancando-se, seja em casa ou em seu silenciar).

Pode-se pensar que as falas confusas, pouco claras, imprecisas e vagas acerca das cenas acima relatadas apontam para acontecimentos difíceis de articular simbolicamente, que se deram em um terreno que só depois as palavras vem tentar alcançar.

Pode-se aproximar a manifestação mais recente (na qual Sara tranca-se e grita que quer morrer) como uma conduta mais próxima do *acting out* e seus outros movimentos como mais aproximados daquilo que se conceitua como passagem ao ato. Tomando como base teórica o conceito de passagem ao ato conforme estabelecido por Lacan (1962-1963) e os critérios por ele delineados (identificação total do sujeito ao objeto a e confronto do desejo com a lei) pode-se dizer que os movimentos de Sara apenas aproximam-se de tal conceito, pois não dispõe-se de elementos que apontem que em tais cenas encontram-se atendidos os critérios estabelecidos pelo referido autor.

Marcos e Derzi (2013) entendem que, na contemporaneidade, a atuação e a passagem ao ato ilustram uma clínica do real, partindo de uma transgressão do código simbólico. Voltam a Freud ao trazer que aquilo que não se apresenta como recordação aparece sob repetição, sob atuação. E que aquilo que não é representável, mostra-se. A clínica do real diz respeito ao impossível de dizer do sujeito, que se exhibe de maneira peculiar na clínica, na qual a dimensão do ato é determinante.

O ato exclui a dimensão discursiva e se resume em uma ação separada da ordem significativa. Nas manifestações clínicas nas quais imperam o ato, o sujeito permanece entre parênteses. A encenação, a atuação, a mostração, tomam o lugar da palavra, do dizer. Parece haver assim um estreitamento do registro simbólico que se manifesta em um estreitamento do campo do discurso nos levando a falar em uma clínica do real, definido como impossível. O ato é aquilo que se apresenta diante do indizível do significante, diante do impossível de articular ao nível do significante, impõe-se o ato. (Marcos & Derzi, 2013, p. 73)

A fuga de casa, o ataque à mãe, o trancar-se de Sara chamam atenção não só pelo distanciamento da adolescente ao referir-se a eles, mas por parecerem cindidos do resto da história dela, como se representassem uma quebra de fluxo na qual ela não estava presente. Nesse

sentido, Marcos e Derzi (2013) apontam que “a passagem ao ato subtrai o sujeito do registro do simbólico para situá-lo no lugar do real” (p. 79).

Não mais um significante que se representa para outro significante, o sujeito torna-se o que escapa à simbolização, ao objeto a identificando-se. Na passagem ao ato tem-se um rechaço do inconsciente, pois apresenta-se uma radical ruptura, um rasgo na linguagem. Ocorre o desaparecimento do cenário e do espectador, indicando algo que ultrapassa o sujeito. Há um deixar-se cair, uma saída da cena, que constitui a própria estrutura da passagem ao ato (Marcos & Derzi, 2013; Calazans & Bastos, 2010).

O ato é uma saída da determinação simbólica, um furo na ordem simbólica, mesmo sabendo que para que haja passagem ao ato é preciso que haja anteriormente uma inscrição simbólica. Em *Seminário XV: O ato analítico*, Lacan afirma que toda ação tem uma ponta significante e é isto que define o ato. As coordenadas do ato são simbólicas. (Marcos & Derzi, 2013, p. 80)

Na cena mais recente relatada por Sara aparece de forma mais clara seu apelo ao outro, pois ao trancar-se grita que quer morrer. Há também um desfecho menos dramático que uma intervenção policial (como quando trancou-se após agredir a mãe) ou uma fuga (que também culminou em um contato violento com a polícia). Dessa vez ela parece mais acessível à fala de familiares e conta que o cunhado conversou com ela, dizendo-lhe que ela era “muito bonita e tinha um futuro pela frente”; relata também que conversou com a mãe, que lhe questionou se era o namorado que estava lhe “fazendo mal” e a orientou a não deixar que ele lhe desse ordens, nem lhe maltratasse. Se nos relatos da primeira cena a tentativa dos demais de dialogar com Sara e sua abertura a eles parecem ausentes, nesta os demais tentam alcançá-la com palavras e ela mostra-se disposta a ouvi-los.

Tal cena porta um chamado que é endereçado ao outro. Marcos e Derzi (2013), retomando Lacan, colocam que a orientação para o Outro é algo que deve destacar-se no que se refere ao *acting out*. Os referidos autores apontam também que no *acting out* tenta-se manter o objeto a a

certa distância. Tal como a fantasia faz barreira à angústia, o *acting out* provê uma encenação ficcional do objeto *a*. Ali, atua-se algo da fantasia.

O *acting out* é uma figura de encenação, uma exteriorização pela via do ato, ele mostra pelo ato aquilo que não foi demonstrado pela via simbólica. A presença da encenação no *acting out* indica não apenas a presença do Outro, mas também o endereçamento ao Outro. Sendo assim, o *acting out* é um fenômeno vinculado à dialética do inconsciente. (Marcos & Derzi, 2013, p. 79)

Calazans e Bastos (2010) discorrem que no ensino de Lacan o *acting out* também aparece conceituado como “uma insurreição do sujeito em relação ao analista que saiu de seu lugar simbólico, demitindo-se de sua função. Desse modo, o *acting out* corresponde a uma demanda endereçada ao Outro, sob a forma de uma convocação ao analista (p. 247).

Ressalto que uma das cenas trazidas acontece durante o percurso dos atendimentos psicológicos de Sara, o que me permite refletir em que medida não fui capaz de sustentar o lugar de analista e como a coincidência de pesquisa e clínica pode ter contribuído para tal. Explico: no início dos atendimentos com Sara sinto que assumo um lugar de quem quer respostas para perguntas já previamente estabelecidas, alguém que procura evidências que estejam de acordo com o que aponta a teoria. Preocupo-me mais em buscar escutar aquilo que vá de encontro aos anseios de minha pesquisa e fico surda ao sujeito que se encontra em minha frente. Deixo assim, de assumir a posição de analista, que supõe sustentar um lugar vazio, sem grandes expectativas, sem julgamentos, sem teorias prévias que enrijeçam e impossibilitem a escuta.

É bastante propagado na comunidade psicanalítica que, assim como o paciente precisa seguir a regra da associação livre, faz-se imprescindível que o analista mantenha a atenção flutuante, pois de nada adianta o paciente tentar não selecionar o que dirá se o analista escolherá o que escutar (Petry, 2008). Penso sobre a minha pressa de que Sara fosse capaz de articular uma queixa, de que gritasse suas dores. Surda para o que ela não conseguia dizer. Tomada pelo ímpeto de pesquisadora, dificultava qualquer possibilidade de emergência do desejo do analista.

É neste cenário, no qual o analista encontra-se demitido de seu lugar, que Sara promove uma atuação na qual repete-se um movimento que permeia tanto seu cotidiano quanto a relação transferencial, e que parece contar um pouco sobre como se relaciona com os outros: trancar-se.

Para pensar tal movimento cabe trazer, além das cenas já relatadas (tanto aquela na qual ameaça matar a mãe, quanto aquela na qual grita trancafiada que quer morrer), um fragmento de um dos atendimentos realizados com Sara.

Após algumas sessões em que o silêncio de Sara tomava o centro da cena analítica e muito me incomodava se dá a seguinte passagem:

Após alguns instantes, Sara começa a chorar e assim permanece por um longo tempo. Um choro silencioso, só perceptível pelo constante limpar de lágrimas que vão fazendo caminho por seu rosto.

Começo a ser tomada por uma necessidade de consolá-la, de dizer algo para evitar...evitar o que? O desamparo no qual eu a percebo? O meu desamparo diante dela? Aquele silêncio, aquela dor muda?

Quando ela dá um longo suspiro, pergunto se ela consegue colocar em palavras o que sente.

“Quero sumir”. Diz enquanto levanta os olhos brevemente, antes de voltar a mirar o chão e enxugar as lágrimas (...).

Como é isso de sumir? – pergunto.

“Sumir do mundo e de todo mundo.” – ela responde.

Diz que queria ficar sozinha, ser deixada “em paz”, sem ninguém para “encher o saco”.

Questiono se não dá pra ficar em paz ao redor das pessoas.

“Não” – ela responde (Relato de sessão).

Tive a impressão de que Sara estava se perdendo em um grande vácuo, se afastando de mim, sendo engolida pela escuridão, se perdendo na distância, indo para um lugar onde eu não conseguia alcançá-la. Queria estender-lhe a mão, puxá-la, mas me parecia uma violência perturbar seu silêncio.

Santos, Santos e Oliveira (2008) ressaltam que o silêncio frequentemente presente nas sessões com adolescentes, não deve ser entendido necessariamente como decorrente de resistências, reiterando que ele pode adquirir diferentes facetas. Os autores realizam uma exaustiva classificação das diferentes modalidades de silenciar. Dentre elas, algumas chamam atenção por auxiliar a pensar o que se apresenta nos encontros com Sara: negativismo,

comunicação primitiva e silêncio regressivo. No negativismo, o silêncio estaria representando uma identificação com objetos internos frustradores que não respondem ao sujeito, ou ainda, o estruturante e necessário uso do “não”. Na comunicação primitiva, o silêncio, captado pelos efeitos contratransferenciais que provoca no analista, pode fazer uma importante comunicação dos aspectos inconscientes do sujeito que ele não consegue transmitir verbalmente. Já quanto à categoria de regressivo, defendem os autores, o silêncio arrastado por longos períodos e com um relativo distanciamento pode indicar uma tentativa de construção de um sentido na presença da mãe, a capacidade para estar só, como colocado na psicanálise winnicottiana.

Nas três cenas observa-se que o trancar-se de Sara tem efeito sobre os demais, um efeito angustiante. Como se trancada, fechada, estivesse em perigo, como se não pudesse ser confiada a si mesma. Observa-se naqueles ao seu redor um movimento no sentido de buscar salvá-la, socorrê-la, seja acionando a polícia, como na primeira cena, seja buscando conversar com ela, como na segunda.

Marcos e Derzi (2013) lembram que o termo *agieren* aparece em Freud, no artigo “*Recordar, repetir e elaborar*” para conceituar a repetição em ato que surge no lugar da recordação. Apontam a presença de tais atuações no *setting* analítico, dado que “nem sempre o sujeito é representado pelo significante: silêncios, ausências, choros e interrupções são constantes nas sessões analíticas” (p. 76). Acrescentam que pichações frequentes, uso de *piercings* e tatuagens, fugas das escolas, agressividade, consumo desenfreado de drogas, acidentes graves e violência também podem ser elencadas como atuações.

Pensando sobre os processos de alienação e separação (tipicamente ligado a adolescência) na constituição do sujeito, podemos compreender tanto a tentativa de matar a genitora, como as fugas de Sara, como movimentos no sentido de buscar criar um espaço psíquico, promover uma separação das demandas e imperativos familiares, especialmente os maternos. No entanto, parece

faltar-lhe recursos simbólicos para promover tal separação, tendo que atuar para buscar promover esse movimento.

Trancar-se, tanto nesses momentos mais intensos, quanto em seu dia a dia (“...eu só fico no meu quarto, mesmo no calor, eu fico lá”), aponta para uma busca de separação física (as paredes) dos outros, especialmente dos familiares. Mas, mesmo atrás das paredes (e de seu silêncio), ou justamente por estar por elas protegidas, apela ao outro, seja gritando que quer morrer, seja provocando nos demais sentimentos angustiantes que faz com que se movimentem (ora afastando-se, ora buscando alcançá-la).

Calazans e Bastos (2010) apontam que Lacan, em seu seminário (livro onze) sobre os conceitos fundamentais da psicanálise, argumenta que, para que se dê a constituição do sujeito, fazem-se necessárias duas operações: a alienação e a separação. Na alienação ocorre um sujeitar-se ao campo da linguagem; já a separação constitui-se como operação complementar que permite ao sujeito aceder à condição de desejante. Em tais operações, dá-se uma extração de objeto que nem é colocado no campo do sujeito, nem no campo do Outro, mas em uma interseção que indica o objeto como aquilo que falta a ambos, tornando possível, exatamente por esta falta, a instalação de um laço com o Outro. Desse modo, em psicanálise, o que torna possível um discurso não é aquilo que se tem ou que se é, mas a possibilidade da falta. Assim, as dimensões do ato aparecem através de uma questão com o discurso: quando a falta falta, surge a angústia, deixando o sujeito sem as marcas e o circuito que antes tornavam possível o discurso. “(...) a separação refere-se tanto ao movimento do sujeito em relação ao desejo caprichoso do Outro - que na fórmula da metáfora paterna é situado como Desejo da Mãe - quanto ao movimento do sujeito em relação ao objeto como causa de seu desejo” (Calazans & Bastos, 2010, p. 249).

As condutas de Sara parecem, em especial no que concernem à mãe, ilustrar a busca por fazer funcionar a operação de separação.

Para pensar o caso aqui discutido e as relações entre *acting out* e separação, cabe trazer Calazans e Bastos (2010) que apontam que ao *acting out* falta caráter resolutivo da passagem ao ato, pois ele mantém o lugar da demanda e da transferência. Os autores pontuam que isso pode ser avaliado tanto baseado no esquema da separação, quanto na função que o objeto desempenha.

No que concerne ao primeiro aspecto, não se trata de situar o sujeito no mesmo lugar do objeto e sim situar a interseção vazia pelo objeto se colocar no campo do sujeito. Assim, temos contemplados aqui vários aspectos: em primeiro lugar o sujeito continua de certo modo mantendo distância do campo do Outro; por outro lado, este lugar que fica vazio acaba sendo invadido pelo Outro. Deste modo podemos mesmo pensar o *acting-out* em análise como um modo de endereçar-se ao analista quando este, em vez de se situar como objeto causa do desejo, coloca-se aí como Outro. Por essa razão, não se pode dizer que se trata de um modo de romper com o Outro no *acting-out* e sim de um modo de responder a este Outro, quando o sujeito não tem mais um hiato que o separe dele. (Calazans & Bastos, 2010, pp. 250-251)

No *acting out* o objeto é tomado em sua face agalmática. Daí Lacan (1962-1963) definir, em seu seminário (livro 10) sobre a angústia, o *acting out* como um subir à cena, e o denomina como transferência selvagem, ou seja, uma transferência que faz necessária uma domesticação, colocando os elementos em questão em seu lugar: desfazer o laço agalmático entre o sujeito e o objeto e situar o Outro em seu campo (Calazans & Bastos, 2010).

Diante do caminho trilhado até aqui, pode-se observar que a noção de ato e os conceitos que a ele se articulam funcionam como instrumentos valiosos que auxiliam na compreensão da posição assumida por Sara diante do outro, a peculiaridade de seu sofrimento e de suas manifestações, assim como ajudam a refletir sobre a relação transferencial, o papel do analista e os impasses enfrentados na clínica.

5.3 Uma família

Meus primeiros contatos com a família de Sara foram mediados por Jonas, o pai. Foi ele quem articulou o primeiro atendimento, que trouxe a família e que se desculpou pelo atraso no

encontro inicial. Apresentou-se solícito, educado, humilde, interessado e agradecido pela ajuda oferecida à sua família.

Minha primeira lembrança de Erínia, a mãe, são os gritos que emitia ao telefone, as palavras foram apagadas pelo modo como as enunciava, por mais que insistia, não consigo me lembrar do que dizia, apenas do modo como falava. Do outro lado da linha estava Sara, que não viera junto com os pais e estava ainda mais atrasada que eles. Fico estupefata e paralisada diante daquela mãe. O tom e as palavras agressivas usadas em um espaço público me pareceram escandalosos. Ela, de algum modo, parecia negar o limite entre o público e o privado, não fazia questão de esconder sua violência.

No primeiro atendimento Jonas relatou que Sara tinha uma relação conflituosa com os pais, principalmente com a mãe, e que as duas brigavam muito. A mãe assentiu, Sara permaneceu calada e olhando para o chão enquanto os pais emitiam relatos e opiniões sobre sua vida. Só falava quando questionada diretamente por mim.

Realizei quatro encontros com a família, sendo que no último apenas a mãe compareceu. A partir do segundo encontro passei a ouvir os pais e Sara separadamente, em parte porque senti, durante o atendimento inicial, que ela não encontrava espaço para suas palavras na presença dos pais. Esperava que o silêncio e a inibição do encontro inicial pudessem ser levantados na ausência deles.

O genitor apresentou, no segundo encontro, uma face autoritária, intolerante e questionadora. Mostrou-se enfático ao criticar as condutas da filha (o fato de se tatuar, usar *piercings*, sair para festas). Ao mesmo tempo, usava frases como “o que eu to falando pode ser besteira”, que soava mais como uma reafirmação de sua certeza do que como uma colocação de sua fala em dúvida. Dizia também que, nos últimos tempos, estava aprendendo a “aceitar melhor” a filha, pois “não tem outro jeito”. Tal mudança de postura em relação a Sara localiza-se em um

tempo pós-intervenção do judiciário, momento em que ela ou cessou os comportamentos que ele criticava ou os diminuiu. Jonas falava das intervenções de profissionais dos órgãos públicos, entre eles o “grupo de pais”, que parecem ter funcionado como um convite para que ele refletisse sobre o modo como lidava com a filha.

Em alguns momentos sentia que as falas de Jonas eram como um desafio, que me convidavam a discordar; em outros, sentia-me colocada contra a parede com suas perguntas sobre a duração dos atendimentos, quem deveria vir ou não, o que observara da situação, como a avaliava, o que acreditava ser possível realizar, sobre quem mais estaria participando da pesquisa, etc.

A mãe acreditava que a filha sempre fora distante do pai, devido à rigidez dele. Dizia que a filha era muito apegada a ela quando criança, que não “desgrudava”, mas que durante os últimos anos se tornara agressiva e distante.

Relatou que a filha fugira de casa diversas vezes e parecia creditar tais fugas à rigidez paterna e à índole de Sara. Relatou a última tentativa da filha de sair de casa: elas brigaram e ela deu “uma surra” em Sara. A adolescente, então, a atacou com uma faca, sendo ela forçada a sair de casa, passando horas sem conseguir entrar, pois Sara não permitia. Fico me questionando o que Sara ficou fazendo todo esse tempo sozinha em casa e se sua mãe não se preocupou com o que ela poderia fazer a si mesma. Erínia afirmou que em alguns momentos ainda temia que a filha pudesse lhe fazer algum mal.

Erínia considerava que o comportamento da filha “melhorou depois que ela foi presa” e relatou que Sara contou-lhe que os policiais colocaram uma arma em sua cabeça no momento da apreensão e que ela achou que iria morrer.

No terceiro encontro, o genitor permaneceu calado todo o tempo, apenas se despedindo. Erínia afirmou que andava muito estressada e preocupada, pois ela e o marido estavam

desempregados e a situação estava difícil. Expôs que estava “pegando bordados para fazer”, mas que sentia-se sem motivação para todas as atividades e só queria “ficar deitada no quarto”. Disse acreditar que precisava “arrumar um médico” e que a “depressão está voltando”.

Falou da época em que tivera “depressão”. Narrou que foi ao psicólogo, mas não gostou. Foi também ao psiquiatra, que lhe receitou medicação, que ela veio posteriormente a suspender, pois lhe “dava sono” e “as pessoas” a criticavam por dormir demais. Relatou que na época trabalhava na equipe de limpeza de uma instituição e que toda vez que andava pelas escadas pensava em se jogar, que queria sumir. Contou que chegou a passar três noites sem dormir e que fazia o marido ficar acordado com ela, pois “tinha medo”. Diz que o marido “não estava aguentando”, pois tinha que ir trabalhar sem dormir.

No quarto encontro, apenas a mãe acompanhou Sara. Erínia começou queixando-se dos filhos (“esses menino, muito difícil!”), de que eles não escutavam, reclamavam que ela falava demais, ameaçavam sair de casa. Disse que eles precisavam “casar pra ver”. Voltou a afirmar que não sentia vontade de fazer suas atividades e que só queria ficar sozinha em seu quarto. Quando questionei se ela pensava mais seriamente em buscar ajuda psicológica ou psiquiátrica, ela respondeu que não gostava de psicólogos (frase que repete outras vezes durante o atendimento) e que não gostaria de voltar a usar medicamentos. Passou então a relatar que certa vez uma agente de saúde levou a psicóloga para conversar com ela e que “a psicóloga saiu chorando”. Quando questionei o que acontecera ela disse não se lembrar.

Ela afirmou não gostar do jeito que sua vida estava e quando questionei o que ela achava que faria sua vida melhorar, afirmou “sem os meninos”, acrescentando que seria melhor se os filhos saíssem de casa. Primeiro fui tomada por um mal-estar diante do desejo dessa mãe, desejo de que os filhos sumissem, desejo que me pareceu destrutivo. Os versos de uma canção me

vieram à cabeça: “Pelo cordão perdido/Te recolher pra sempre/À escuridão do ventre, curuminha/De onde não deverias/Nunca ter saído” (Canção Desnaturada, Buarque, 1979).

Pensei em Sara, no peso das palavras maternas sobre ela. Lima (2010) afirma, com Freud, que a sombra do objeto que caiu sobre o eu é o que pode dar conta da depreciação de si, sendo este o traço pelo qual a melancolia se diferencia do luto.

Pensando na forma depreciativa e violenta como a mãe trata Sara, pode-se pensar no que Stein (1988) afirma. Segundo ela, os termos dos quais Freud se vale para tratar a melancolia não são os mais apropriados, pois não é apenas de depreciação de si que se trata, mas de um ódio de si; o ódio de uma mãe que cai sobre o sujeito, tendo como resultado o ódio do sujeito a si mesmo. Aponta ainda que a melancolia à qual está se referindo é aquela constitutiva do homem, que parece proceder, salvo determinadas proporções, dos mesmos mecanismos que deduzimos com mais facilidade através do contato com um alguém seriamente melancólico (Lima, 2010).

Erínia expôs que às vezes pensava em sumir, ir morar na “cracolândia”. Como você imagina a “Cracolândia?” – perguntei, impressionada com a escolha do local. “Ah...deve ser pior, né? Mas eu tenho vontade de saber como é”.

Calligaris (2000) traz uma colocação que permite pensar sobre essa fala da genitora:

(...) o adolescente acaba eventualmente atuando, realizando um ideal que é mesmo um desejo reprimido do adulto. Mas acontece que esse desejo não era reprimido pelo adulto por acaso. Se reprimiu, foi porque queria esquecê-lo. Por consequência, o adulto só pode negar a paternidade desse desejo e se aproveitar da situação para reprimi-lo ainda mais no adolescente (p. 27).

Em que medida o movimento de fuga de Sara e seu envolvimento com drogas e com a criminalidade traz algo do desejo não realizado da mãe? Em que medida ela realiza aquilo que a mãe apenas desejou?

Sara parecia repetir alguns movimentos maternos: seu desejo de morte, seu desânimo e sua falta de vontade de movimentar-se no mundo. Parecia também, em alguma medida, realizar

aquilo que a mãe desejava: tentava efetivar tanto o desejo de transgressão materno, quanto seu desejo de que os filhos não existissem.

Mandelbaum (2008) discorre que todo sujeito é herdeiro de experiências que o antecederam e que tanto podem enriquecê-lo, quanto amarrá-lo às demandas e histórias de outros, aprisionando-os. Aponta também que parece que as gerações têm urgência de transmitir, em especial, o que não conseguiram representar, pensar ou elaborar. Em tais casos, o transmitido é da ordem do traumático, do excesso para o psiquismo, que foi incapaz de promover sua contenção e elaboração, buscando que as gerações seguintes possam transformá-los em algo que possa ser representado e manejado pelo pensamento. Assim, pode-se pensar em Sara como alguém atada à história e aos desejos maternos, prisioneira de seus desígnios, e que, diante do excesso transmitido, que não consegue simbolizar, apresenta atuações.

Erínia retomou ainda sua própria história, contou que na casa dos pais era “muita gente, muita confusão”. Explicou que a mãe a xingou e expulsou de casa quando soube que ela não era “mais moça” e que, então, foi morar com um ex-companheiro (pai de seus dois filhos mais velhos). Relata que ele lhe batia, motivo pelo qual retornou para a casa dos genitores, saindo novamente de lá para casar-se com o pai de Sara. Disse “ele me deu a casa dos meus sonhos, por isso estou com ele até hoje”.

Erínia deixou a casa dos pais (a qual ela se referiu como “confusão”) e foi dividir a vida com um homem violento. Diante das violências do companheiro, optou por retornar para a casa dos genitores. Desse lugar só saiu novamente para montar um lar com um homem que ela apresenta como um provedor, alguém que lhe deu algo. É interessante notar como Sara também pensa o namorado como alguém que possa lhe dar alguma coisa e, muitas vezes, ao se referir às condutas dele, em especial aquelas voltadas ao controle de seu corpo e de suas ações, diz que “ele não é meu marido, não é meu pai, ainda”.

Nesse sentido, Leivi (1995) apud Jordão (2008) argumenta que em toda história haverá brechas, não-ditos, situações silenciadas, que poderão se manifestar na vida do sujeito através de repetições e sintomas. Desse modo, o sujeito será sempre atravessado por sua história familiar, com seus fantasmas e sombras operando efeitos na subjetivação.

Já Mandelbaum (2008) argumenta que certas experiências, acontecimentos ou fantasias podem passar de uma geração para a outra sem modificar-se. Em tais situações, as gerações repetem formas de ser, patologias e configurações psíquicas sem possibilidade de uma elaboração psíquica transformadora. Nesses casos o transmitido são significantes brutos, manifestos através de sintomas com uma concretude que se revela em ato ou no corpo (identificações melancólicas, passagens ao ato, distúrbios psicossomáticos, alucinações corporais). Acrescenta que quando o herdado é acatado sem elaboração se está no território da compulsão à repetição e da alienação. Assim, o herdado passa a ser como um destino a ser cumprido sem alternativa. Em tal processo evidencia-se uma desmetaforização, na qual o sujeito toma ao pé da letra o que deveria ser entendido no sentido figurado, resultando, assim, na ausência de representações, ou na presença de representações incongruentes, estranhas ao sujeito, incomuns. Observa-se que Sara parece repetir aspectos maternos tanto na escolha de sua parceria amorosa (repete a escolha materna por um homem violento e supostamente provedor), quanto em seus momentos de desânimo, tristezas repentinas que “vem do nada” e loucuras que envolvem ou desembocam em atuações.

Ainda sobre a transmissão de conteúdos não representados, cabe pontuar que alguns autores chamam tal processo de trabalho denegativo. Tais conteúdos estariam ligados a experiências extremamente dolorosas que são negadas pelo sujeito de modo a evitar o contato com elas. Assim, essas experiências continuam ignoradas nos sujeitos, fazendo seu trabalho pelo negativo (sintomas, empobrecimento do ego, cisões da personalidade, etc.), de modo que o

sujeito, em cada geração, é convocado, através destas diversas formas, a tomar parte de pactos que perpetuam a negação (Mandelbaum, 2008).

Além desse aspecto de quem provê e controla, que Sara não parece reconhecer explicitamente no pai, mas projetar no namorado, ela também o desenha como alguém extremamente rígido, moralista, intolerante e violento com ela. No entanto, com os demais (amigos, familiares e estranhos) o pai se mostrava dócil e incapaz de se impor e de defender ela e sua mãe. Queixava-se de um amigo do pai que frequentava muito sua casa e criticava sua mãe constantemente (principalmente o modo como ela realizava as atividades da casa). Reclamava que o pai “não faz nada” e que permitia que o amigo falasse mal de sua mãe. Relatava que a postura do referido amigo a incomodava muito e que ela e o irmão o mandavam “calar a boca”. Acrescentou que quando era criança, ele lhe batia e o pai não se importava, mas que depois que ela cresceu “ele não é nem louco”.

Voltou a dizer que o pai “não faz nada” ao apontar que ele não defendia a mãe dos insultos da família dele. Colocava-se, assim, em contraste a esse pai, apontando que não aceita que falem mal de sua mãe e de seus irmãos, que afastou-se da família paterna devido às críticas à mãe e a si mesma e que enfrentava o “intruso” em sua casa. Parecia esperar do pai que ele defendesse a família, e ressentir-se dele por não ser capaz de tal proteção.

Cabe assim pensar em uma família onde os limites externos e internos não se encontram bem delimitados e que inclusive acolhe e permite violências vindas do exterior. Tanto as violências simbólicas perpetradas pela família paterna, quanto a intrusão e as violências desse suposto amigo da família.

Esse limite que a família parece deixar violar incide alguma luz sobre os *nudes* de Sara. Ela expõe sua intimidade e torna-se vítima de uma violência externa. Os pais se revoltam com tal intrusão e voltam-se contra a filha, sem perceber o quanto essa barreira entre o público e o

privado já estava enfraquecida na família, assim como já havia sido permitidas diversas violências externas.

Ou seja, a família parece não perceber que os impasses quanto aos limites entre o público e o privado (o grupo familiar e o exterior) já estavam presentes, inclusive estando evidenciado na conduta materna na cena em que a vi na clínica agredindo verbalmente a filha (por telefone), parecendo pouco se importar com o fato de estar em um local público rodeada de estranhos.

Além da precariedade desse limite público/privado, percebe-se também uma desordem na organização familiar. Assim como Erínia referia-se à casa dos pais (“muita gente, muita confusão”), Sara queixava-se da desorganização e da “bagunça” em casa e culpava a mãe por isso. Além da desorganização física da casa percebe-se uma desorganização quanto aos papéis, fazendo os filhos aquilo que se esperaria dos genitores (seja Sara se responsabilizando pelos afazeres domésticos, seja ela e o irmão tendo que se impor ante as interferências e ameaças externas).

De um lado o pai que não se impõe, do outro uma mãe instável, que “não pensa no que diz”, que “diz coisas que machucam” (falas de Sara sobre Erínia). Entre eles, Sara, entregue ora às violências físicas do pai, ora à voracidade materna. Defende-se então com a mesma cena, a violência atuada ou a agressividade verbalizada.

Nesse sentido, Mandelbaum (2008) afirma que, de acordo com o viés psicanalítico, uma das funções principais do grupo familiar é configurar-se como um espaço de contenção das ansiedades daqueles que dela fazem parte. Cada membro é alvo de intensas fantasias, projeções e expectativas dos demais, sendo decisivo para o desenvolvimento de todos os destinos que darão a tais projeções. É possível que as recebam, as identifiquem, nomeiem e pensem sobre elas ou podem recusá-las, devolvendo-as de forma mais ou menos violenta àqueles que as emitiu. Ou seja, podem promover um confronto entre as fantasias projetadas e a realidade e assim propiciar

algum desenvolvimento, ou, em sentido oposto, podem cristalizar certas maneiras de ver e funcionar que servem a propósitos defensivos diante das ansiedades, que visam a evitar o contato com o sofrimento, que tende a focalizar-se em um de seus membros, tornando-o continente fixo para a dor.

O que se percebe quanto à Sara é que ela parece tentar reconhecer e recusar as projeções lançadas sobre ela, devolvendo-as violentamente aos pais. A adolescente, contudo, também parece garantir, com suas atuações, o clima afetivo de morte e perigo que ronda sua família: cabe notar que quando a mãe apresenta piora em seus estados emocionais, Sara mostra-se mais estável e até toma a frente de algumas tarefas domésticas. Já quando a mãe apresenta uma melhora, Sara parece piorar. Quase como se as duas se alternassem no lugar de sofrimento, dor e morte, dentro da família.

Mandelbaum (2008) aponta que pode ser necessário à família que algum de seus membros abrigue a agressividade, a loucura, a delinquência, um desvio sexual, entre outros. Pois, se um dos membros porta tal aspecto, os outros ficam liberados: no “ela é louca” fica subentendido um “eu não sou”. Advém daí o esforço familiar para, inconscientemente, cristalizar determinados aspectos em certos membros, não havendo interesse na possibilidade de circulação e de que cada um experimente-se como delinquente, louco e agressivo.

O pai parece assumir um lugar ambíguo e é, ao mesmo tempo, o provedor e aquele que “não faz nada”. Ao se referir a ele assim, Sara me faz pensar em um “pai” que não opera, que não exerce sua função. Percebe-se um pouco tal ambigüidade durante os atendimentos realizados com a família. Inicialmente o pai é quem articula o acesso do grupo ao acompanhamento, mas logo mostra-se resistente e evasivo (questionando a duração do acompanhamento, colocando suas futuras e possíveis incapacidades para comparecer, ficando calado uma sessão inteira e finalmente deixando de comparecer).

Nesse sentido, Mandelbaum (2008) aponta que o pai pode estar presente fisicamente, mas não emocionalmente e que ele pode estar impossibilitado de exercer a função paterna. Já Birman (2003) afirma que, em 1920, cai por terra a operação de salvação do pai levada a cabo por Freud, pois no novo delineamento da experiência psíquica aquele já não se mostra capaz de proteger o sujeito da experiência traumática. Sendo assim, a figura do pai passa a ser desenhada numa posição de falha no discurso de Freud, pois já não poderia mais antecipar os acontecimentos que pudessem ter efeito traumático na subjetividade. Essa nova configuração da figura do pai indica, além de sua posição de falha, sua condição de falta, não podendo, desse modo, o pai proteger a subjetividade do pior, como se encontrava nos primórdios da obra freudiana. Em tal contexto teórico, Freud formulou o conceito de pulsão de morte, caracterizada por sua dimensão de silêncio e pela ausência dos representantes da pulsão.

Birman (2003) acrescenta, sobre a pulsão de morte e sua relação com “o pai”:

Existiriam aqui as intensidades, mas com suspensão dos representantes. O resultado disso é a presença estridente do ruído num campo imantado pelo silêncio. Vale dizer, a pulsão de morte indicaria a presença do excesso e da intensidade na subjetividade, justamente porque existiria uma falha na articulação representacional da pulsão. Estariam reunidas assim as condições para a experiência traumática no sujeito, na medida em que seria este excesso ruidoso da pulsão, na falta da articulação representacional produzida pela figura paterna, a condição de possibilidade para o trauma. (pp. 98-99)

Se Birman (2003) aponta para a fragilidade estrutural da figura paterna e suas ressonâncias no psiquismo, Sena e Farias (2010) dissertam sobre o declínio da imago paterna na contemporaneidade, que teve como efeito a produção de novas formas de sofrimento, e a constituição de sujeitos com dificuldades para lidar com a introjeção das normas, apresentando intolerância e falta de limites que podem culminar em violência. Os autores destacam a “importância que a representação simbólica da função paterna tem como condição estruturante

fundamental tanto para o sujeito como para a relação que o mesmo estabelece com a lei e a sociedade” (p. 133).

Sena e Farias (2010) dizem ainda:

Durante a "crise" da adolescência, o que se pode esperar de um pai? Para essa questão, Melman (2007) responde que, imaginariamente, o sujeito acreditava que, como estava privado do objeto, operação realizada na infância, o pai poderia "restituí-lo" quando chegasse a adolescência. Porém, o grande confronto para o adolescente é que, ao se deparar com a "crise" psíquica, o pai aparece no real como um sujeito castrado, impotente para dar ao filho o objeto perdido. Em outros termos, na hora da grande negociação, o pai comparece marcado por uma impossibilidade de cumprir uma suposta esperança do tempo de latência do filho. O adolescente se sente traído pelo pai ideal. Frente a esse impasse o adolescente se propõe a constituir uma nova geração, na qual seria possível uma relação com o pai ideal, um pai não castrado, o famoso de Totem e Tabu. (p. 117)

Percebe-se em Sara, em consonância com os autores citados, um ressentimento pela fragilidade paterna, assim como uma dificuldade de balizamento de suas pulsões, mostrando-se ora entregue aos excessos da heteroagressividade, ora mergulhada em um fechamento silencioso. Apontando assim para uma subjetividade marcada por uma falha na articulação representacional, produzida pela figura paterna, da pulsão.

Tentou-se aqui pensar brevemente como os movimentos familiares, aí incluídos os aspectos de transmissão e o modo como as figuras parentais operam, visando lançar alguma luz sobre os processos de subjetivação de Sara e seus impasses. Cabe salientar que, através do acompanhamento de Sara, buscou-se contribuir para que ela pudesse resgatar os aspectos projetados sobre ela pela família, visando acessar um novo campo afetivo, até então dificultado por seu aprisionamento na trama familiar.

5.4 “(...) não tinha o que comer, não tinha sabão.” – uma menina e suas faltas.

Durante as primeiras sessões o silêncio e a relatos desapaixonados de Sara se sobressaem, mas conforme passa a falar com mais frequência, um novo tema passa a aparecer em seu discurso: a falta.

Sara vivia em um ambiente faltoso. Faltava atenção, faltavam amigos, faltava ordem, faltavam roupas, faltava comida, faltavam possibilidades. Vivia à/na espera. Esperava que um dia estivesse preparada para trabalhar e sanar suas faltas financeiras. Esperava que o namorado mudasse e viesse a sanar suas faltas emocionais. Esperava cansada, desanimada, trancafiada.

Se a espera por um trabalho a movimentava (fazia cursos, frequentava a escola, procurava vagas), a espera de que o namorado mudasse a paralisava. Repetia um ciclo onde queixava-se dele, eles brigavam, se insinuava uma promessa de mudança por parte dele, mas logo acontecia o retorno da mesma queixa e o ciclo se reiniciava.

Sara falava das faltas materiais que sua família enfrentava (a falta de dinheiro para comprar alimentos e roupas, para o lazer, para arcar com o transporte até a clínica), reclamava dos familiares que não ajudavam em casa, dizia não ter amigos, sofria por não ter a escolaridade que acreditava ser a esperada, por não ter emprego, mas suas queixas mais frequentes relacionavam-se ao namorado.

Sara passa grande parte do atendimento queixando-se do namorado: diz que ele só fica jogando, que não lhe dá atenção, que não dialoga com ela (“porque com diálogo se resolve tudo”, “mas ele não conversa”, “se a gente conversasse...”). Parece nutrir a noção de que se o namorado “dialogasse”, tanto ele quanto o relacionamento mudariam.

Conta que ele não lhe dá o que ela pede (“eu pedi um chinelo, porque eu tava sem chinelo...ele falou que ia comprar, mas até hoje não comprou...tive que pedir pra minha mãe...peguei um chinelo de artesanato...);

Fala que ele a xinga (conta de uma vez em que ele lhe disse que ela era “a desgraça de sua vida”) e já a empurrou durante uma briga no meio da rua (“eu não acho, assim, que ela é capaz de me bater, mas...uma vez a gente tava discutindo no meio da rua, ele começou a me xingar e me empurrou”);

Que não a leva para passear (“ele só me levou no shopping duas vezes”);

Que critica suas roupas (“ele fica criticando minhas roupas, mas eu quase não tenho roupa...tenho só três gavetas de roupa, lá em casa não tá tendo dinheiro nem pro básico, aí eu falo “compra pra mim, então”).

Que ele exige que ela seja “do jeito dele” (“ele fala que eu grito, mas isso é de família”);

Que é ciumento (“não gosta nem que eu ando de ônibus”)

Que ele a acusa de ser “bichão” e querer “debater” com ele (relato de sessão).

Nas reclamações constantes quanto às condutas do namorado parece alojar a ilusão de que se ele lhe suprisse todas as demandas, nada lhe faltaria. Entenda-se aqui ilusão como conceito postulado na obra freudiana, ou seja, como expressão de um desejo de negar o desamparo, a ordem pulsional e o conflito e de uma tentativa de preservar o princípio do prazer e a completude narcísica. Sendo assim, a ilusão representa uma proteção contra os imperativos do princípio da realidade e o reconhecimento da castração e, desse modo, pode ser compreendida como um elemento defensivo e alienante no movimento de constituição subjetiva (Garcia, 2007).

Falar do namorado é falar do que não tem e que ela acredita que um dia ele possa lhe oferecer. Ao não conceder o que ela pede, ele alimenta a queixa e mantém a ilusão de que um dia possa vir a dar. Assim, ela se mantém em uma posição de quem nada tem, de desprovida, daquela que se contenta com o mínimo. Ela pede, ele não dá, alimenta-se a ilusão da dádiva, a ilusão de que ele tem para dar, mas nega, ou não pode dar, no momento.

Assim, essa ilusão protege Sara de ter que lidar com o desamparo e com a castração. E, desse modo, constrói um laço de miséria com o namorado, laço em que mantém a posição de faltante, laço que a sustenta. Nesse sentido, Garcia (2007) aponta que o desejo de manutenção de um estado de coisas ideal se contrapõe à inevitabilidade do desamparo e das pulsões, em especial da pulsão de morte, e é deste antagonismo que surge o caráter potencialmente produtivo da ilusão como origem do laço social e das formações da cultura que, em última análise, protegem do desamparo. O papel protetor da ilusão ficou claro quando Sara relatou os sentimentos de vazio e o quanto ficava entregue às moções pulsionais fora de controle quando seu relacionamento era ameaçado.

Sara escolhe e permanece com alguém que, em sua percepção, lhe dá pouco, quase nada, que a violenta verbalmente, que se ausenta. No entanto, ele também lhe oferece algum reconhecimento (a chama de “bichão”, alguém que o desafia). Talvez ele seja um dos poucos em

quem encontra reconhecimento. Com ele, ela pode manter a posição de “rebeldia”, de quem não “abaixa”, de quem enfrenta e bate de frente.

Sara parecia se movimentar por alguns lugares possíveis: a desprovida (falta o trabalho, falta a roupa, falta comida, falta atenção, falta amigos, falta animo...); a louca (a violenta, a que quer se matar, a que grita pela morte); a que se fecha.

São três tempos e três movimentos que se alternam. Enquanto desprovida parece bem instalada em sua ilusão, em sua fantasia, em seu sintoma. Há uma localização da falta (escamoteada, impedindo assim o contato com a castração), um espaço onde o desejo se movimenta e um gozo se repete. Quando tal lugar vacila, surge a “louca”, sem ilusão para negar seu desamparo, ocorre um curto-circuito, começa a perder-se naquilo que ela denomina “vazio”, entregue às pulsões não balizadas, parece tomada por forças que a empurram para a morte.

O tempo de fechar-se ora apresenta-se como intermediário entre os dois anteriores, ora como posterior ao da loucura. Fecha-se para barrar a loucura ou para poder enlouquecer? Fecha-se para barrar o outro ou a si mesmo? É fechando-se que esse sujeito tenta barrar-se?

Um desses momentos em que os três tempos se alternam se dá após uma discussão com o namorado. Sara, com o relacionamento ameaçado, relatou que sentiu “uma tristeza e um vazio muito grande”, que se trancou e disse que queria morrer. Contou que quando fica “assim um monte de coisa passa pela cabeça” e que pensa em “fazer besteira”, mas não tem coragem.

Pode-se pensar que quando o lugar onde sua queixa se cristaliza é ameaçado (quando o relacionamento periga acabar), fica sem um ponto onde localizar as faltas que denuncia. Precisa encarar seu desamparo, as faltas que carregavam promessa de serem sanadas dão lugar a um vazio, encontra-se com aquilo que não tem e que ninguém poderá lhe dar.

Pisetta (2009) defende que a falta fornece um apoio ao sujeito, torna possível a alteridade, permitindo assim a construção de um saber sobre si e sobre o outro. Lembra a afirmação

lacaniana de que quando tal apoio falha, tornando obscurecidos os contornos do objeto e do sujeito, manifesta-se a angústia. Pontua que é devido certa insuficiência que o sujeito se estrutura, na proporção que o outro também apresenta a mesma estrutura falha. Desse modo, o aparecimento da angústia está relacionado a uma pretensa completude do outro. O que promove a angústia é aquilo que anuncia, que possibilita vislumbrar que voltaremos ao colo.

Pisetta (2009) afirma que “a angústia aponta para a tentação de que não haja falta no outro” (p.106). No entanto, dessa maneira, “a alteridade não está mais assegurada, e a angústia (...) reclama sua reinstalação” (p.106).

Para Sara, perder o namorado é perder lugar e reconhecimento, é ter que se desidentificar de alguns significantes que a sustentavam nos laços. Vacila um lugar onde depositava suas queixas, emerge o que ela chama de vazio. Sem o relacionamento, algo que parecia sustentá-la se desfaz, mesmo que temporariamente. Durante a situação eliciada pela discussão de Sara com o namorado, a mãe pergunta à adolescente se é o namorado que está lhe fazendo mal, ao que ela responde que “não é ele”. Ponto no qual algo nela parece reconhecer que seu impasse está para além dele e que seu relacionamento é um disfarce.

Nesse sentido, Pisetta (2009) afirma, lembrando Freud (1926), que o sintoma é aquilo que está vinculado à angústia, quando entendido como testemunha de que o recalque falhou, e também se tomado como uma suplência no eu a toda impossibilidade de satisfação. Suas relações com a angústia são aprofundadas em tal ponto, e através delas o sintoma mascara também seu surgimento, dado que ele vem velar a realidade da angústia. Aponta também que Freud (1933) afirma que angústia e sintoma se representam. No entanto, a angústia antecede ao sintoma e a constituição deste se apresenta como mecanismo egóico para limitar a aparição daquela.

Se o sintoma tenta preencher esta falta primordial, mascarando a verdade da angústia, esta surge para reclamar seu lugar de constituição da verdade no sujeito - de que há falta. A angústia aponta

um mascaramento da verdade, da qual ela é representante. Assim, a angústia não é o indicativo do aparecimento da falta, mas o indicativo de um perigo primordial: de que a falta que constitui o sujeito venha a faltar (Pisetta, 2009, p. 106).

Pode-se hipotetizar que o relacionamento de Sara está em nível de sintoma, funcionando como uma amarração, precária e repetitiva, mas uma amarração. Quando o sintoma vacila (é ameaçado), a adolescente é confrontada com sua angústia e encena um perigo de saída pelo ato.

Calazans e Bastos (2010) apontam que o *acting out*:

(...) não comporta uma destituição do lugar do Outro, mas uma demanda para que o Outro mantenha-se em seu campo. Já na passagem ao ato, temos a dissolução desses lugares. Lacan chega mesmo a dizer que o sujeito evade-se da cena em uma fuga para o mundo puro. O que seria este mundo puro senão um mundo não mediado pela falta? Temos então uma passagem da cena - em que o sujeito mantém a relação com o Outro pela via da fantasia - para um mundo em que o real da angústia sobrevém sem véus. (p. 251)

Tais autores apontam que, quando a estrutura de ficção não mais se sustenta por haver um curto-circuito entre sujeito e o objeto, a passagem ao ato apresenta-se como solução: o sujeito passa a estar não mais em um campo distinto do Outro, mas juntamente no lugar de interseção com o Outro. Daí se tiram duas consequências: o sujeito é identificado com o lugar do resto e, por sua vez, fica sem uma intermediação.

Sara, com a desestabilização da estrutura de ficção que a assegura, fica diante de sua angústia, encontra-se com o “vazio”, como ela diz, vazio que é o ponto onde Outro e sujeito se intersectam, lugar do objeto a, lugar de resto. E desse lugar ela ensaia algumas saídas: tranca-se, fala que quer morrer, pensa em “fazer besteira”. Sintoma, *acting out*, passagem ao ato: respostas à angústia. Mas a experiência ultrapassa os conceitos. Sara pensa em fazer, mas não faz; clama para que o outro intervenha, mas tranca-se para dele escapar (movimentos que muito lembram suas repetições no que concerne ao modo de lidar com os atendimentos psicológicos). Essa menina parece transitar por diversos movimentos diante da angústia em um breve período,

desnorteia meus conceitos; mas, de minha confusão, e da dela, percebo, ao menos, que Sara tem lidado com a angústia de modo a não deixar-se ser engolida por ela.

5.5 “(...) muita coisa já aconteceu.” – uma adolescente na contemporaneidade.

Quanto aos lugares atribuídos e habitados por Sara, um deles chama a atenção por conter elemento de cisão em relação àquilo que seria seu comum: o lugar de louca.

Tal termo aparece pela primeira vez em nosso segundo encontro, quando ela conta que “as pessoas” a chamam de “louca” porque “muita coisa já aconteceu”.

A menina agarrada à mãe na infância que torna-se envolvida com drogas, frequenta bailes funks, tem *nudes* espalhados, tenta matar a genitora, foge de casa, é apreendida pela polícia...

É devido às atuações de Sara que tanto seus pais quanto o namorado a chamam de louca: devido às suas reações intensas, explosivas, fora da ordem esperada. Aquilo que tomam como inexplicável, diante do qual suas ações e palavras parecem não ter efeito.

Nudes de Sara foram espalhados mais de uma vez e é na “época dos *nudes*” que a adolescente localiza o início do que ela chama de “desânimo” e parece ser a partir daí também que começam a se manifestar, de forma mais explícita, as condutas que, associadas, foram chamadas de loucura.

Antes de realizar uma tentativa de pensar sobre as relações entre a imagem e os sintomas e atuações de Sara, cabem algumas breves considerações sobre o uso de imagens e das redes sociais na contemporaneidade.

Kallas (2016) pontua que o conceito de intimidade, de espaço público e privado se modificou. O espaço privado diferenciava-se bem do espaço público. Atualmente escreve-se diários em blogs, expõe-se a intimidade no *Facebook*, exibem-se imagens das situações mais

banais no *Instagram*, monta-se um espetáculo de si mesmo e busca-se o olhar do outro e sua aprovação através de curtidas. A intimidade tem sido infiltrada pelas redes.

O hábito de tudo fotografar ou gravar tem se tornado uma constante na sociedade contemporânea (haja visto a crescente popularidade de aplicativos como *Snapchat* e *Instagram*). A experiência só conta se materializada em uma imagem que promova um suposto reconhecimento do outro.

Kallas (2016) afirma que as pessoas sentem maior desinibição, tornando-se capazes de experimentar situações nas quais não se arriscariam na vida real. Soma-se a isso a menor percepção de responsabilidade, dada a sensação de anonimato e privacidade.

Nicaretta e Pretto (2017) pontuam, nesse sentido, que os sujeitos contemporâneos, mergulhados no contexto que clama por imagens e atravessados pelo temor de não serem vistos e, desse modo, esquecidos, lançam fotografias de si para que os demais vejam e, preferencialmente, ofereçam sua aprovação.

Imagem e reconhecimento: dois pontos especialmente sensíveis na adolescência, momento que Sara atravessa. Ou seja, não é inesperado que seus impasses se iniciem ao ter que lidar com tais aspectos. No caso específico dos *nudes*, cabe refletir ainda sobre o modo como o corpo é pensado, usado e manipulado nos dias atuais.

Mota e Leal (2007) pontuam que “o corpo hoje é um objeto serviço dos anseios sociais e virtuais pautados numa ideologia narcísica que visa ao controle do incontável: as pulsões” (p. 161).

Nicaretta e Pretto (2017) pontuam, ao discutir as imagens postadas em redes sociais, que o usuário parece “buscar naquele que o olha, a confirmação do seu desejo, além de se colocar enquanto objeto de desejo para o outro” (p. 85); e que o corpo exposto nas redes sociais, e refletido na tela do computador, poderia comparar-se ao espelho no qual uma imagem se reflete,

que em tal contexto é tomado como uma imagem ideal, “imagem já perdida no momento de transição da criança no estágio do espelho. Ou seja, há uma fantasia de completude a partir desses olhares de reconhecimento” (p. 85).

Na situação de Sara e seus *nudes*, como também na cena contemporânea em sua totalidade, pode-se pensar no uso do corpo e de sua imagem para mediar relações mais do que valer-se de outras estratégias para enlaçar os demais. Considerando tal ponto, Sara, ao referir-se ao processo que levou seus *nudes* a serem espalhados, relata que enviou as fotos devido a um pedido (seja de um amigo ou daquele que era seu “ficante” na época). Usa assim seu corpo e sua imagem para atender a um pedido do outro.

Pensando a questão do corpo e suas relações com a feminilidade na contemporaneidade, Mota e Leal (2007), fazem apontamentos e levantam questões interessantes:

As mulheres estão fazendo concessões aos homens, ou às outras mulheres, ou aos ideais impostos pela mídia? Querer ser o falo é consequência de uma demanda de amor ao homem, ou de uma demanda de reconhecimento narcísico? (...) Em todo esse contexto, temos que pensar o que é da ordem da feminilidade e o que é da ordem do masoquismo. O que se faz preservando a condição de ser causa de desejo para um homem, podemos colocar do lado da feminilidade e o que se faz atendendo ao imperativo do Outro, representado pela mídia, fica do lado do masoquismo, pois o sujeito padece de toda sorte de mal-estar em nome de satisfazer a demanda do Outro. (p. 160)

Nicaretta e Pretto (2017) argumentam que a exposição e a apreciação do registro fotográfico do seu corpo ou parte dele nas redes sociais assemelham-se à apreciação de um objeto sexual. Há um prazer implicado no olhar que dirige-se ao corpo, que é avaliado como belo e torna-se fonte de investimento libidinal. Por alguns momentos, ou de forma constante, a libido afasta-se do mundo externo e toma direção do próprio ego.

Mota e Leal (2007) acrescentam que:

Com Lacan, aprendemos que um corpo é feito tanto para gozar quanto para ser gozado, ou seja, um corpo goza de si mesmo, como de um objeto, uma vez que o objeto a instaura os objetos possíveis para um sujeito e é o olhar que o Outro devolve ao sujeito que possibilita a construção de uma imagem. (p. 154)

Sara se monta e se quebra pelo olhar do outro. É nele que ela se constrói, é para ele que ela se despe (e assim goza ao se acreditar causa do desejo alheio). Verdadeiramente capturada em sua imagem, nada como *nudes* violentamente espalhados para escancarar o papel de submissão do sujeito ao outro (ao seu olhar), seu lugar de objeto, o segredo neurótico escancarado, sua servidão mais que voluntária. Do outro lado, o perverso exercício do poder daquele que espalha tais imagens.

Temos assim, um cenário onde o gozo do exhibir-se e a manipulação do outro e de si mesmo através de imagens (muitas vezes ignorando as consequências de tais condutas) assume uma magnitude exponencial. Nesse sentido, Rosa (2002) faz uma conexão entre as formas de sociabilidade contemporâneas (interpretadas por Débord como sociedade do espetáculo e por Lasch como cultura do narcisismo) e identidades que podem favorecer a produção de atos. A autora afirma que atualmente as pessoas inserem-se na vida social através da exibição e teatralidade, reevindo para o exterior a economia subjetiva que tem como resultado a exaltação do Eu e a estetização da existência, na qual os gestos visam seduzir o Outro, objeto de gozo e de enaltecimento do Eu.

Kallas (2016) ressalta, citando Birman (2014), que a linguagem, que se encontra empobrecida, perde seu poder metafórico, e as imagens passam a entremear-se nela mais e mais. Uma direção horizontal é tomada pelo discurso, e tanto ele quanto a linguagem passam a apresentar uma aparência metonímica e não mais metafórica, tendo por sustentação só um dos eixos lingüísticos. A metonímia se mostra presente na ordem discursiva através de um discurso sem rumo, incapaz de cortes expressivos que o joguem na ordem da metáfora. Dessa maneira, o desejo tende a uma descarga de ação imediata não se configurando como local de tensionamento e conflitos, tal qual se dava na modernidade. Tal ausência de cortes metafóricos no discurso

metonímico denuncia a espacialidade da experiência, que não alcança uma sequência temporal, pois a temporalização da experiência é dificultada por um que desejo se esvai no instantâneo.

Também conforme Kallas (2016), a linguagem transforma-se, perdendo suas marcas simbólicas e esvaziando-se na sua dimensão de criação, dando espaço às imagens. A linguagem instrumental toma a frente do psiquismo de forma progressiva e manifesta dificuldades na regulação das intensidades e dos excessos. Acrescenta que as imagens enlaçam o desejo e lhe subtraem o sentido. Em tal contexto, as pessoas trazem uma narrativa que remete a um tempo presentificado, um discurso por imagens, a cena falada apresenta-se no momento em que é descrita, sem enredo, sem passado, sem associar-se a um pensamento ou ideia, ou seja, a linguagem literal domina a cena psíquica.

Levando-se em conta o progressivo enfraquecimento de certos aspectos da linguagem e a ascensão da literalidade e do imagético, cabe ressaltar as dificuldades de Sara, durante as sessões, em colocar em palavras tanto seus sentimentos quanto os fatos que lhe ocorreram. No primeiro caso, passando a impressão de um psiquismo esvaziado, descolorido, incapaz de expressar ou localizar nuances. Quase como se, faltando as palavras, fosse incapaz mesmo de sentir e estivesse entregue a um caos inominável. No que concerne ao segundo ponto, seus relatos pareciam instantâneos, episódios soltos, que não se juntavam de modo a produzir uma narrativa minimamente compreensível.

Seu discurso parecia cindido, quebrado (em alguns momentos mais que em outros), fotografias soltas que não se enredavam. Pode-se pensar que na clínica com a qual os psicanalistas se deparam hoje faz-se necessário caminhar da representação para a presentificação. Essa trata-se de tornar presente o objeto, denunciando a impossibilidade da substituição, na qual o simbólico apresenta-se desertado. Na modernidade, a representação é da ordem da estrutura caracterizada pela mudança de posições de elementos devido ser possível a circulação entre eles.

A falta inscreve-se e circunscreve-se no simbólico, dado que a circulação dos elementos se dá graças a presença da falta. Já a presentificação pertence ao rol dos irrepresentáveis, encontra-se além da ordem da linguagem, na qual a falta falta e o vazio se faz presente. Assim, o objeto manifesta-se como um vazio escancarado, encarnado. A manifestação do real toma o lugar do mundo simbólico. Na contemporaneidade promove-se a saída dos modos de lidar com o simbólico, das maneiras de abordar a falta e a castração e alcança a clínica do real. O sujeito aparece não querendo tomar conhecimento do sentido, do recalcado. Apresenta-se assim através da atuação, desprovida de sentido. Ou seja, o sujeito exterioriza pelo ato aquilo que não foi capaz de demonstrar através da articulação simbólica. (Marcos & Derzi, 2013)

Durante sessões mais recentes, Sara começa a construir alguma possibilidade de costura entre seus relatos e, em alguma de suas falas, parece explicitar uma ambição de conseguir se valer das palavras de forma mais rica. Discorre sobre a admiração pela capacidade do irmão de se expressar, quando confronta a mãe e também quando precisa falar da dor de perder a avó, “fiquei impressionada, ele usou umas palavras diferentes, eu nunca daria conta”; assim como aposta na efetividade delas, “com diálogo se resolve tudo”.

Ainda sobre a questão da imagem na contemporaneidade, Rosa (2002) aponta que:

A imagem é condição para o espetáculo e a captação narcísica do outro. É a imagem que seduz e fascina, realizando o ideal de captura do outro para o deleite do momento, sem nenhuma implicação com efeito de sua sedução no outro. O sujeito se transforma em uma máscara para a exterioridade, para a exibição fascinante e captura do outro. (p. 235)

Tal contexto, defende Rosa (2002), dá prioridade às identificações imaginárias nas quais o sujeito solicita da imagem o que ela não pode oferecer: ser, para si mesmo, uma referência autônoma e independente do modo como é enxergado pelos demais.

Rosa (2002) aponta então que, diante de uma identidade que precisa provar-se não ilusória, os jovens frequentemente encontram como solução produzir atos para provar a

existência (faço, logo sou). Lembra, no entanto, que tal movimento depara-se com a circunstância de que o ato não prova existência, mas em sentido oposto, explicita a divisão do homem, estimulado a agir ali onde ele não está como sujeito, e estimulado, *a posteriori*, a assumir o ato como seu, um significante que o representa, lhe atribuindo sentido.

Rosa (2002) ressalta a presença de dois protótipos do ato na adolescência: o ato sexual (ato na direção do outro, mergulhado no mais íntimo encontro com o outro, e no mais radical mal entendido); e o ato suicida (que, no sentido inverso, busca um ponto no qual nada mais dita ao sujeito seus caminhos; pois fora disto, o sujeito é sempre determinado pelo outro).

Uma vez seus *nudes* tendo sido espalhados, Sara passa a ser humilhada e agredida verbalmente por colegas. A mãe age de maneira semelhante, xingando-a e humilhando-a devido ao ocorrido. A imagem de seu corpo passa de objeto de sedução e admiração para alvo de humilhação e violência. Objeto que ela busca ferir.

O imaginário toma uma consistência tal que a constituição da subjetividade do sujeito fica presa a este drama da imagem: ser o que o outro determina que deve ser, o autômato que responde ao ideal estabelecido pelo Outro. Que prazer especial é este, que consiste em causar desejo no outro não só como objeto, mas também como corpo consistente a ser visto? (Mota & Leal, 2007, p. 157)

Seus pares lhe negam o reconhecimento tão almejado na adolescência, ou melhor, lhe reconhecem em um lugar intolerável. A mãe faz o mesmo. Fica à deriva com sua dor, seu corpo e as violências que sofreu.

É nessa cena que a ideação suicida aparece de forma significativa para Sara. Se ela de fato tentou ou não tirar a própria vida (o que fica pouco claro diante de suas falas), o que resta é uma adolescente diferente (começa a afastar-se das pessoas, torna-se mais desconfiada). O que fica é Sara com sua condição de sujeito escancarada. Condição de resto.

Quando as imagens já não lhe oferecem sustentação, Sara ameaça o ato, pensa em ferir-se e deseja morrer. Pode-se pensar que após um encontro que aproxima-se do sexual (inclusive um

dos rapazes com quem relacionou-se sexualmente foi responsável por espalhar seus nudes), no qual abre sua intimidade ao outro através das fotos desnudas de seu corpo, e é violentamente exposta, Sara caminha no sentido inverso, como aponta Rosa (2002), em uma busca de desencontro total com o outro, no sentido de um ato que se aproxima do ato suicida, em seu desejo de sumir, desaparecer e assim livrar-se de todo e qualquer laço com os demais.

Percebe-se que Sara, alguém que enfrenta a adolescência na contemporaneidade na qual “o discurso capitalista promove um apagamento do sujeito do desejo” (Mota & Leal, 2007, pp. 158-159), encontra-se, na situação aqui relatada, sem os recursos simbólicos que poderiam auxiliá-la a lidar com o desmoronamento de sua imagem (situação típica da adolescência, mas que no caso dela, se dá ainda com uma violência exercida por aqueles em quem confiava). Sara fica assim, sem uma rede para protegê-la de seu caos interno inominável.

A psicanálise pode auxiliar no que concerne a tais impasses contemporâneos ao propor que o desejo se estruture entre o sujeito e o Outro, com o atravessamento do fantasma que captura o sujeito ao espelho. Com a emergência do desejo, o sujeito se liberta, em determinada medida, das armadilhas impostas pela exigência fálica que busca velar a castração. Dizer sim ao desejo requer o abandono da prevalência do imaginário mortificante, das relações especulares que conservam o sujeito narcisicamente alienado ao olhar do outro, produzindo agressividade, ameaças e competitividade (Mota & Leal, 2007). Assim, a psicanálise, e seu trabalho de fazer emergir e valer o desejo, assim como as mudanças subjetivas que isto implica, pode apontar interessantes caminhos alternativos ao discurso contemporâneo dominante.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Esse trabalho nasceu de minha inquietação com o ato e com a morte, com o ato de morte: o suicídio. Faço recortes, escolho os sujeitos e parto em busca de tentar analisar as tentativas de suicídio entre adolescentes e seus enlaces com a trajetória familiar e a contemporaneidade.

Para tanto busco adolescentes que se encaixem nos critérios que delimitara. Encontro Sara. Com ela não consigo ver o ato de morte que tanto desejava investigar, não de forma explícita, narrada e detalhada. Há indícios, frases soltas, o ato se insinua, a morte espreita.

Sara conta com seus silêncios, suas ausências, seus trancamentos, seus apelos e sua violência o quão difícil é lidar com o outro e tentar constituir-se como sujeito fazendo valer seu desejo. Movimento que é colocado como um dos grandes desafios da adolescência, mas que a convoca ao longo de sua vida. Entre alienar-se e separar-se, diante da falência da estrutura de ficção que a sustenta, confrontada com a angústia que o sintoma vela, Sara, por vezes, recorre à atuação. Foge, agride, ora tenta escapar do outro, ora apela que ele retome seu lugar.

Ser adolescente na contemporaneidade é ter que lidar com tais impasses em um cenário no qual se está à mercê de um Outro precariamente interditado, pouco marcado por uma falta simbólica e, assim, imaginariamente passível de completude, tornando o sujeito suscetível à objetualização. A alienação, a apatia, e a angústia (traços tão tipicamente observados nos adolescentes, Sara inclusa) são marcas comuns em que a falta não se instala de modo efetiva, colocando em questão o estatuto do sujeito do desejo.

Com sujeitos mergulhados (afogados?) no discurso que faz apologia a uma suposta felicidade plena, que pretende tudo superar e toda falta suprir, o declínio da lei da castração se evidencia e passa a produzir condutas e atuações delirantes e transgressoras (Torezan & Aguiar, 2011).

Sara demonstra também como carrega as marcas familiares que atravessam as gerações e como as posições assumidas pelas figuras parentais afetam o sujeito. Marcada pelo desejo de morte e transgressão da mãe, reclama da tristeza e do desânimo (sentimentos dos quais a mãe também se queixa) que a tomam repentinamente, como que vindos de fora. Atravessada pelos ímpetos transgressores não realizados da mãe, ela age e, diante de suas ações, é punida pelos adultos ao seu redor, incapazes de tolerar verem realizados os desejos que recalcam. A adolescente escancara também a fragilidade do pai (enquanto função que garantiria a articulação representacional) que, por incidir de forma precária, entrega a subjetividade ao excesso, à intensidade, às pulsões não balizadas.

Sara chama atenção também para uma nova modalidade de conduta: o compartilhamento de *nudes*. Movimento que parece um dos ápices de uma cultura que dissolve cada vez mais os limites entre o público e o privado e que conta de um psiquismo escravizado ao imagético, ao olhar do outro. Sujeito do desejo ou sujeito à imagem? O caso da adolescente salienta também o desastre subjetivo que pode advir do uso violento e indevido de *nudes* por parte de quem os espalha. Tal fenômeno clama atenção de profissionais (da saúde, comunicação, assistência, educação, direito) e familiares que necessitam buscar modos de entender e lidar com, mas também de coibir e punir os que fazem uso impróprio das imagens alheias, se é que a lei ainda tem força de inibir em uma sociedade onde o outro é tomado como imagem e objeto descartável, e não como diferença radical com a qual é preciso lidar.

Por fim, Sara, em suas pequenas ou grandes atuações, nos faz voltar o olhar para uma adolescência solitária e abandonada a si própria. Adolescência que só merece atenção quando quer matar ou morrer, quando violenta e transgride. O valor transgressivo dos adolescentes é fetichizado, mas odiado e punido.

É isso que fica. Fico com Sara e o que pude acompanhar de sua história. Fico com as palavras que não fui capaz de escrever, dados os limites, os meus e os da pesquisa. Há muito a ser dito sobre o que aqui ensaiei e há muitos modos de dizer. Fico, enfim, com o que o mestrado me ensinou: no encontro com a angústia, cada um dá seu jeito. Sara tem dado os seus, eu tenho escrito.

Referências

- Alberti, S. (1999). *Esse sujeito adolescente*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa.
- Azevedo, L. J. C., Féres-Carneiro, T., & Lins, S. L. B. L. (2014). Sintoma infantil: efeito da transmissão psíquica? *Cad. Psicanál.- CPRJ*, 36(31), p. 169-186. Recuperado de http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno31_pdf/Sintoma_infantil_efeito_da_transmissao_psiquica.pdf.
- Beling, C. A. (2008). *A família e o sujeito: um processo de construção e influências mútuas* (Monografia de graduação). Centro Universitário de Brasília - Uniceub, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Curso de Psicologia, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/2642>.
- Birman, J. (2003). Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 13(1), 93-114. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312003000100005>
- Birman, J. (2009). *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Record.
- Birman, J. (2011). *Mal-estar na atualidade – a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. (8a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Brükner, E. (2003). Da família no porão ao porão da família: sob o viés da psicanálise. In: Y. M. Meira (org.), *O porão da família - ensaios de Psicanálise* (pp. 13-18). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Brunhari, M. V., & Darriba, V. A. (2014). O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. *Psicologia Clínica*, 26(1), 197-213.

<https://doi.org/10.1590/S0103-56652014000100013>

Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.

Calazans, R., & Bastos, A. (2010). Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas.

Fractal: Revista de Psicologia, 22(2), 245-256. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000800002.

<https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000800002>

Carretero, T. C. (2005). Corpo e contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 11(17), 62-76.

Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v11n17/v11n17a05.pdf>.

Cassorla, R. M. S. (2017). *Suicídio – fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução*. São Paulo: Blucher.

Corrêa, C. P. (2006). O trágico e a tragédia, vinculação e escolha. *Cogito*, 7, 41-47. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792006000100007.

Corso, M. (2009). O flerte dos adolescentes e jovens com a morte. *Revista do Instituto HumanitasUnisinos*, 312. Recuperado de <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2887-mario-corso-2>.

Costa, D. S. S. (2010). *Ato suicida na infância: do acidental ao ato* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=183837.

- Fernandes, C. (2014). O sofrimento na infância e a psicanálise. *Diálogos Possíveis*, 11(2). Recuperado de <http://revistas.faculdadesocial.edu.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/12/10>.
- Figueiredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v7n1/1415-4714-rlpf-7-1-0075.pdf>. <https://doi.org/10.1590/1415-47142004001006>
- Filho, J. G. T. C., & Chaves, W. C. (2014). A acepção de família na teoria psicanalítica: Sigmund Freud, Melanie Klein e Jacques Lacan. *Barbarói*, 41, 100-118. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/4410/3826>.
- Fortes, I., Winograd, M., & Perelson, S. (2018). Algumas reflexões sobre o corpo no cenário psicanalítico atual. *Psicologia USP*, 29 (2), 277-284. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/150875/147734>. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170154>
- Freud, S. (1901). A psicopatologia da vida cotidiana. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud (J. Salomão, trad., v. 6, pp. 13-332). Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obra original publicada em 1901).
- Freud, S. (1910). Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. *Breves Escritos*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud (J. Salomão, trad., v. 11, pp. 217-218). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obra original publicada em 1910).
- Freud, S. (1917). Luto e melancolia. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud*, 5 – *Neurose, Psicose e Perversão* (pp. 99-121). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Obra original publicada em 1917).

- Freud, S. (1920). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In S. Freud, Obras incompletas de Sigmund Freud, 5 – Neurose, Psicose e Perversão (pp. 157-192). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Obra original publicada em 1920).
- Freud, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. In S. Freud, Obras incompletas de Sigmund Freud, 5 – Neurose, Psicose e Perversão (pp. 287-304). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. (Obra original publicada em 1924).
- Garcia, C. A. (2007). O conceito de ilusão em psicanálise: estado ideal ou espaço potencial? *Estudos de Psicologia*, 12(2), 169-175.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000200009>
- Heinemann, G. B. B., & Chatelard, D. S. (2012). Concepção atual de família: do declínio da função paterna aos novos sintomas. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 12(3-4), 639-662.
Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v12n3-4/06.pdf>.
- Herzog, R. (2004). O laço social na contemporaneidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(3), 40-55.
<https://doi.org/10.1590/1415-47142004003004>
- Inglez-Mazzarella, T. (2006). *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações*. São Paulo: Escuta.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6(1), 115-138.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>
- Jerusalinsky, A. N. (2004). Adolescência e contemporaneidade. In: Conselho regional de Psicologia 7ª Região, *Conversando sobre Adolescência e Contemporaneidade*. Porto Alegre: Libretos. Recuperado de: <http://adolescencias.pbworks.com/f/jerusalinsky-adolescencia-contemporanea.pdf>.

- Jordão, A. B. (2008). Vínculos familiares na adolescência: nuances e vicissitudes na clínica psicanalítica com adolescentes. *Aletheia*, 27, 157-172. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100012&lng=pt&tlng=pt.
- Jover, E. R., & Nunes, M. L. T. (2005). Construção histórica da noção de adolescência e sua redefinição na clínica psicanalítica. *Imaginario*, 11(11), 15-33. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Kallas, M. B. L. M. (2016). O sujeito contemporâneo, o mundo virtual e a psicanálise. *Reverso*, 38(71), 55-64. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reverso/v38n71/v38n71a06.pdf>.
- Kehl, M. R. (2015). Imagens da violência e violência das Imagens. *Concinnitas*, 1(26), 86-96.
- Kuczynski, E. (2014). Suicídio na infância e adolescência. *Psicologia USP*, 25(3), 246-252. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140005>
- Kupfer, M.C.M. (1992). A contribuição da psicanálise aos estudos sobre família e educação. *Psicologia USP*, 3(1/2), 77-82. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771992000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Lacan, J. (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In J. Lacan. *Outros escritos* (pp. 29-90). Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Originalmente publicado em 1938).
- Lacan, J. (1962-1963). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Obra original publicada em 1962-1963)
- Lima, A. M. (2010). Do pulso que ainda pulsa a mãe que não consegue amar a filha: ensaio sobre o ódio materno (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-

Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18546/1/2010_AdrianadeMeloLima.pdf.

Lins, T., & Rudge, A. N. (2012). Ingresso do conceito de passagem ao ato na teoria psicanalítica. *Trivium*, 4(2), 12-23. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912012000200003&lng=pt&tlng=pt.

Macedo, M. M. K., & Werlang, B. S. G. (2007). Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 185-194. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a09v23n2.pdf>.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200009>

Mandelbaum, B. (2008). *Psicanálise da família*. São Paulo: Caso do Psicólogo.

Massa, E. S. C., & França, C. P. (2016). Suicídio e melancolia: seguindo as trilhas das primeiras elaborações psicanalíticas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(2), 287-302. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v19n2/1415-4714-rlpf-19-2-0287.pdf>.
<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n2p287.7>

Matheus, T. C. (2012). O sujeito adolescente e a ameaça de exclusão na contemporaneidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(1), 82-93.
<https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000100007>

Marcos, C. M., & Derzi, C. A. M. (2013). As manifestações do ato e sua singularidade em suas relações com o feminino. *Ágora*, 16(1), 71-86.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982013000100005>

Miller, J. A. (1996). A marginália de construções em análise. *Opção Lacaniana*, 17, 92-107.

- Mota, R.; Leal, C. E. (2007). A mulher e o Corpo na Sociedade Contemporânea. *CES Revista*, 21, 153-163. Recuperado de: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/a_mulher_e_o_corpo.pdf.
- Neves, A. S. (1999). O psicólogo e o paciente-instituição: considerações teóricas acerca da intervenção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19 (2), 44-49. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931999000200006>
- Neves, A. S. (2008). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Nicaretta, F., & Pretto, B. Facebook e a era da visibilidade: algumas composições com a psicanálise. *Reverso*, 39(74), 83-89. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952017000200011&lng=pt&tlng=pt.
- Oliveira, N. R., & Tafuri, M. I. (2012). O método psicanalítico de pesquisa e a clínica: reflexões no contexto da universidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(4), 838-850. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n4/07.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000400007>
- Oliveira, H. M., & Hanke, B. C. (2017). Adolescer na contemporaneidade: uma crise dentro da crise. *Ágora*, 20(2), 295-310. <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002001>
- Osmarin, V. M. (2015). *Suicídio: o luto dos sobreviventes*. Recuperado de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0981.pdf>.
- Palieraqui, R. E. B. (2014). O desamparo e a transmissão psíquica. *Revista Conexões Psi*, 2(2), 15-32. Recuperado de <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoepsi/article/view/564>.

- Petry, P. P. (2008). A posição do analista: impasses e alternativas. *Estilos da Clínica*, 13(25), 210-231. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282008000200013. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v13i25p210-231>
- Pisetta, M. A. A. M. (2009). A falta da falta e o objeto da angústia. *Estudos de Psicologia*, 26(1), 101-107. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n1/a11v26n1.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000100011>
- Poli, M. C. (2005). *Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Rosa, M. D. (2002). Adolescência: da cena familiar à cena social. *Psicologia USP*, 13(2), 227-241. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53509/57505>. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200013>
- Rosa, M. D., Carignato, T. T., & Berta, S. L. (2006). Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneos. *Ágora*, 9(1), 35-48. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100003>
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22 (1), 180-188. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, L. F., Santos, M. A., & Oliveira, E. A. (2008). A escuta na psicoterapia de adolescentes: as diferentes vozes do silêncio. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 4(2), 1-15. Recuperado de Recuperado de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762008000200008&lng=pt&tlng=pt.

Sena, I. J., & Farias, M. L. S. O. (2010). Função paterna e adolescência em suas relações com a violência escolar. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 10(1), 111-136. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000100006&lng=pt&tlng=pt.

Theisen, A. P. (2014). *A função materna na constituição psíquica* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Curso de psicologia, Santa Rosa, RS, Brasil. Recuperado de <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2894/ANA%20PAULA%20THEISEN%20TCC%20FINAL.pdf?sequence=1>.

Torezan, Z. C. F., & Aguiar, F. (2011). O Sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 9(2), 525–554. Recuperado de <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4993/4000>.

Tozatto, M. I. S. (2004). *Transmissão Psíquica - metamorfoses teórico-clínicas de um campo em movimento* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em psicologia clínica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=5138@1

Val, A. C., & Lima, M. A. C. (2014). A construção do caso clínico como forma de pesquisa em psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1), 99-115. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000100007.
<https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100007>

Vieira, M. A. (2005). *Nota sobre a criança, de Jacques Lacan – uma leitura*. Recuperado de http://litura.com.br/curso_repositorio/uma_leitura_de_notasobre_a_crianca_de_j_l.pdf

Viganò, C. (2010). A construção do caso clínico. D. C. Bursztyn (Trad.). *Opção Lacaniana online nova série*, 1(1), 1-9. Recuperado de

http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_1/A_construcao_do_caso_clinico.pdf.

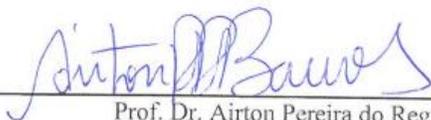
Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da Violência 2014*. Recuperado de

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf.

Apêndice A – Declaração da Instituição Coparticipante

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro estar ciente que Projeto de Pesquisa “Tragédias familiares: um estudo psicanalítico sobre as tentativas de suicídio na adolescência.” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos Participantes da pesquisa, nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Autorizo as pesquisadoras Karen Alessandra Saldanha Pereira e Anamaria Silva Neves a realizar as etapa(s) de sua pesquisa: entrevistas com os adolescentes e suas famílias na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, utilizando-se da infra-estrutura desta Instituição.



Prof. Dr. Airton Pereira do Rego Barros

Diretor
Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia
Coordenador do Centro de Psicologia do
Instituto de Psicologia - Portaria R n.º 611/2013

16 de Outubro de 2017

Apêndice B – Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Tragédias familiares: um estudo psicanalítico sobre as tentativas de suicídio na adolescência”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Karen Alessandra Saldanha Pereira. Nesta pesquisa estamos buscando entender como as tentativas de suicídio entre adolescentes articulam-se com a dinâmica familiar e com o contexto social contemporâneo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Em sua participação, você permitirá que a pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira use a transcrição das entrevistas de acolhimento das quais você participará para análise. Após cada sessão de acolhimento, a pesquisadora realizará uma reflexão acerca dos principais aspectos que emergiram durante o processo. Nesta pesquisa, as transcrições das entrevistas de acolhimento serão analisadas de forma a buscar compreender a tentativa de suicídio entre adolescentes em suas relações com a dinâmica familiar e a cena contemporânea. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos de participação na pesquisa consistem na revelação da identidade dos participantes durante a divulgação dos resultados da pesquisa. No entanto, conforme já apontado, as pesquisadoras farão tudo que estiver ao seu alcance para manter as identidades em total sigilo e eliminar esse risco. A pesquisa também apresenta o risco de constrangimento ou transtornos psicológicos aos envolvidos. Sendo assim, serão tomadas todas as medidas possíveis para evitar tal risco e, caso se perceba necessário e cabível, será oferecido acompanhamento psicoterapêutico aos participantes da pesquisa, através da CLIPS-UFU. O benefício trazido por esta pesquisa consiste no desenvolvimento teórico sobre o tema, o que pode contribuir para o cuidado de pessoas que vivenciam tal situação e para o aprimoramento dos profissionais que trabalham com esse público. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves e Karen Alessandra Saldanha Pereira, telefone 3218-2701. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia– MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice C - Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido para responsável legal por menor de 18 anos

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe da pesquisa intitulada “Tragédias familiares: um estudo psicanalítico sobre as tentativas de suicídio na adolescência.”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Anamaria Silva Neves e Karen Alessandra Saldanha Pereira. Nesta pesquisa nós estamos buscando entender como as tentativas de suicídio entre adolescentes articulam-se com a dinâmica familiar e com o contexto social contemporâneo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, sendo que haverá tempo para que seja tomada uma decisão sobre se deseja realmente participar ou não. Na participação do(a) menor sob sua responsabilidade, ele(a) participará de entrevistas de acolhimento com a pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira. Tais entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas pela pesquisadora. Em nenhum momento, nem o(a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele(a) e a sua serão preservadas. Nem ele(a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. Os riscos de participação na pesquisa consistem na revelação da identidade dos participantes durante a divulgação dos resultados da pesquisa. No entanto, conforme já apontado, as pesquisadoras farão tudo que estiver ao seu alcance para manter as identidades em total sigilo e eliminar esse risco. A pesquisa também apresenta o risco de constrangimento ou transtornos psicológicos aos envolvidos. Sendo assim, serão tomadas todas as medidas possíveis para evitar tal risco e, caso se perceba necessário e cabível, será oferecido acompanhamento psicoterapêutico aos participantes da pesquisa, através da CLIPS-UFU. O benefício trazido por esta pesquisa consiste no desenvolvimento teórico sobre o tema, o que pode contribuir para o cuidado de pessoas que vivenciam tal situação e para o aprimoramento dos profissionais que trabalham com esse público. Você poderá retirar o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem haverá prejuízo ao(a) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. O(A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves e Karen Alessandra Saldanha Pereira, telefone 3218-2701. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia– MG, CEP 38400-902. Poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor _____ consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

Apêndice D – Modelo de termo de assentimento para o menor entre 12 e 18 anos incompletos

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Tragédias familiares: um estudo psicanalítico sobre as tentativas de suicídio na adolescência”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Dra. Anamaria Silva Neves e Karen Alessandra Saldanha Pereira. Nesta pesquisa estamos buscando entender como as tentativas de suicídio entre adolescentes articulam-se com a dinâmica familiar e com o contexto social contemporâneo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Você terá um tempo para decidir se deseja participar, conforme Cap. III da Resolução 510/2016. Na sua participação, você permitirá que a pesquisadora Karen Alessandra Saldanha Pereira o entreviste e use a transcrição das entrevistas para análise. Após cada entrevista, a pesquisadora realizará uma reflexão acerca dos principais aspectos que emergiram durante o processo. Nesta pesquisa, as transcrições das entrevistas serão analisadas de forma a buscar compreender a tentativa de suicídio entre adolescentes em suas relações com a dinâmica familiar e a cena contemporânea. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem na revelação da identidade dos participantes durante a divulgação dos resultados da pesquisa. No entanto, as pesquisadoras farão tudo que estiver ao seu alcance para manter as identidades em total sigilo e eliminar esse risco. A pesquisa também apresenta o risco de constrangimento ou transtornos psicológicos aos envolvidos. Sendo assim, serão tomadas todas as medidas possíveis para evitar tal risco e, caso se perceba necessário e cabível, será oferecido acompanhamento psicoterapêutico aos participantes da pesquisa, através da CLIPS-UFU. O benefício trazido por esta pesquisa consiste no desenvolvimento teórico sobre o tema, o que pode contribuir para o cuidado de pessoas que vivenciam tal situação e para o aprimoramento dos profissionais que trabalham com esse público. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser. Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Dra. Anamaria Silva Neves ou Karen Alessandra Saldanha Pereira no telefone 3218-2701. Ou ainda no seguinte endereço: Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 - Campus Umuarama - Bairro: Jardim Umuarama - Caixa Postal: 593 Uberlândia– MG, CEP 38400-902. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Anexo – Parecer de aprovação no Comitê de Ética

Saúde
Ministério da Saúde

Plataforma
Brasil

Público Pesquisador Alterar Meus Dados

KAREN ALESSANDRA SA

Cadastros

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Tragédias familiares: um estudo psicanalítico sobre as tentativas de suicídio na adolescência.
Pesquisador Responsável: Anamaria Silva Neves
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 91388617.6.0000.5152
Submetido em: 15/08/2018
Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFU
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1013240